



Eleição da direcção do Grupo Parlamentar do MpD

Apoiantes de Emanuel Barbosa denunciam intromissão de membros do Governo

Págs. 2 e 3

PAICV

Eleição de Carla Lima viola estatutos do partido

Págs. 4 e 5

São Vicente - Alto Bomba

Moradores reclamam soluções urgentes para os graves problemas do bairro

Págs. 2 e 3 in ETC

Santa Catarina

Bombeiros acusam Câmara de descaso

Págs. 10 e 11

Rabelados de Espinho Branco

Uma tradição a caminho da extinção

Págs. 8 a 10

Futebol

Bubista com tripla oportunidade para observar jovens valores da Selecção A

Pág. 16

Marca Mayca



Pág. 19

Transportes aéreos

TACV de rodas no ar com preços convidativos

Págs. 8 e 9

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO

Receitas e Dicas —

Passatempo —

PPN
PRONTO PARA RESOLVER



NO PONTO

Eleição da direcção do Grupo Parlamentar do MpD

Apoiantes de Emanuel Barbosa denunciam intromissão de membros do Governo



Uma alegada “intromissão” de alguns membros do Governo no processo de eleição do novo líder do Grupo Parlamentar do MpD fez a balança pender para o lado de João Gomes. A bancada da maioria continua dividida e a escolha dos deputados para o Parlamento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) pode voltar a exaltar os ânimos.

Daniel Almeida

Anova direcção do Grupo Parlamentar do MpD, presidida por João Gomes, foi eleita com uma margem mínima de um voto (19 votos a favor), na disputa com a lista liderada por Emanuel Barbosa que obteve 18 votos favoráveis.

Nessa votação houve um voto em branco, que se presume ter sido de Mirceia Delegado.

Esse resultado considerado “renhido” reforça a ideia de que o Grupo Parlamentar do MpD está dividido e que há uma correlação de forças no seio da bancada que suporta o Governo.

“Intromissão gravíssima” dos membros do Governo

Contudo, conforme um deputado que apoiou a candidatura de Emanuel Barbosa, a candidatura de João Gomes saiu vitoriosa por causa de uma “intromissão gravíssima” dos membros do Governo: “Jorge Santos, Filomena Gonçalves, Joana Rosa, Carlos do Canto Monteiro, intensivamente, e Carlos Santos”.

Segundo a mesma fonte, antes de formalizar a sua candidatura ao cargo de líder do Grupo Parlamentar do MpD, Emanuel Barbosa teve um encontro com o presidente do MpD, Ulisses Cor-

reia e Silva, que “lhe garantiu que não iria dar qualquer indicação de voto na reunião da Comissão Política Nacional do partido”, que se reuniu dois dias antes da votação para eleger os membros da direcção dessa bancada.

Contudo, consoante o nosso interlocutor, “esses membros do Governo já estavam em campanha fazendo crer que a candidatura de João Gomes era a escolhida pelo presidente do partido. Tudo isso numa clara violação das orientações da Comissão Política que instou os membros do Governo a não fazerem campanha a favor de nenhum dos candidatos”.



Emanuel Barbosa

Parlamento da CEDEAO

Escolha de deputados pode gerar polémica

Outro dossier que poderá reacender as disputas internas no seio do Grupo Parlamentar do MpD é a indicação dos nomes dos deputados que deverão integrar o Parlamento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

A bancada ventoinha deve escolher três nomes para essa deputação externa, mas a tarefa não se afigura fácil. Segundo uma fonte parlamentar, todos os deputados da maioria estão de olhos postos nessa possibilidade de serem escolhidos para a CEDEAO.

O interesse para o cargo de deputado da CEDEAO “não é política” e nem pelo “amor a África”, sendo mais pelo interesse material, ou seja, pelo dinheiro e pelas viagens. Conforme a nossa fonte, para cada sessão plenária do Parlamento da CEDEAO um deputado amealha cerca de 700 contos.

Na anterior legislatura, os deputados Orlando Dias, Filomena Gonçalves, Humberto Lélis (MpD), Filomena Martins e Carlos Delgado (PAICV) representavam Cabo Verde no Parlamento da CEDEAO.

DA



Porém, esta orientação da cúpula do partido não foi cumprida, porquanto “esses membros do Governo estiveram em campanha permanente e de forma intensa, desvirtuando uma disputa que deveria ser apenas entre os deputados do nosso Grupo Parlamentar”.

Derrota pela margem mínima

Mas, a derrota pela margem mínima, na óptica desse deputado próximo de Emanuel Barbosa, “dá uma certa satisfação”, porquanto “tivemos também que lutar contra todos esses membros do Governo, que se intrometeram de forma grosseira nos assuntos do nosso Grupo Parlamentar”.

Este resultado também é visto como um reflexo daquilo que aconteceu em relação à eleição do presidente da Assembleia Nacional. É que, segundo a nossa fonte, Emanuel Barbosa foi um apoiante “incondicional” de Austelino Correia.

“E depois aconteceu aqui com Orlando Dias, que todo o mundo já sabe”, lembra o nosso interlocutor. “Tudo isso está ligado ao lobby de Jorge Santos, que ainda não se refez da derrota que Austelino Correia lhe infligiu”, acrescenta.

Deputados suplentes sem experiência

Outro aspecto que terá desvirtuado este processo de eleição do líder do Grupo Parlamentar do MpD prende-se com o facto de ter contado com a participação de suplentes que entraram para os lugares dos deputados que foram nomeados para o Governo.

Como aconteceu com o PAICV, a eleição da nova direcção da bancada do MpD deveria acontecer logo na primeira reunião do Grupo Parlamentar desse partido, que antecedeu a sessão constitutiva da X Legislatura, isto é, com a participação de todos os deputados efectivos.

Calculismo da cúpula do MpD

Contudo, um certo calculismo por parte da cúpula do MpD, em relação aos resultados da votação dos membros da Mesa da Assembleia Nacional, fez com que essa eleição fosse adiada.

“Um exemplo desse calculismo foi a chamada de Armindo Luz como segunda escolha para o cargo de primeiro vice-presidente da Assembleia Nacional. Ele estava inicialmente indicado como candidato à liderança do Grupo Parlamentar”.

Mas como não houve espaço para consensos por causa da correlação de forças no seio do Grupo Parlamentar do MpD, a direcção dessa bancada é tida como “fraca”.

Lista vencedora

Para além do seu líder, João Gomes, que tem experiência parlamentar, a nova direcção do Grupo Parlamentar é composta por deputados debutantes e su-

plentes: primeiro vice-presidente, Euclides Silva; segundo vice-presidente, Ângela Gomes; terceiro vice-presidente, António Pedro Melo; quarto vice-presidente; Isa Gandira.

Conforme o nosso interlocutor, essa direcção do Grupo Parlamentar do MpD “não dá garantias de estabilidade”, porquanto “um bom líder não deveria constituir a sua bancada com suplentes e deputados sem experiência parlamentar”.

Aliás a prática de recorrer a suplentes não é de hoje, na anterior legislatura a bancada da maioria indicou Miguel Monteiro, suplente na altura, como secretário da Mesa da Assembleia Nacional. “Capacidade de intervenção política da direcção da nossa bancada não se compara com a do Grupo Parlamentar do PAICV que tem deputados como João Baptista Pereira, Démis Lobo Almeida, António Fernandes, entre outros”, desabafa a nossa fonte.

Lista derrotada

A lista derrotada para a direcção do Grupo Parlamentar do MpD era composta por Emanuel Barbosa, Orlando Dias, Alberto (Beta) Melo, Isa Miranda e Fernanda Burgo.

A divisão do Grupo Parlamentar do MpD é um facto, mas este deputado próximo de Emanuel Barbosa considera que uma união “é possível”, caso houver uma gestão por parte da direcção da bancada que “terá que levar em conta os resultados das eleições internas”.

“Os 18 deputados que votaram na candidatura de Emanuel Barbosa não são qualquer um”, afirma a nossa fonte sublinhando que “são deputados experientes, a grande maioria com mais de uma legislatura e deputados firmes que não se vergaram perante a pressão de alguns membros do Governo”.

Contactado pelo A NAÇÃO para se pronunciar sobre as questões aqui levantadas o novel presidente da bancada parlamentar do MpD, João Gomes, disse não ter nenhum comentário a fazer.

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIV | Nº 718 | 03 de Junho de 2021 | **Registo DGCS:** Nº3/2007 | **Registo ARC:** Nº3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Crislene Brito (São Nicolau), Miriam Pires (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermínio de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Fragoso (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanacaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

Direcção do Grupo Parlamentar do PAICV

Eleição de Carla Lima viola estatutos do partido

A eleição de Carla Lima para integrar a direcção do Grupo Parlamentar do PAICV viola os estatutos do Partido. Este facto é, contudo, desvalorizado pelo líder da bancada do maior partido da oposição, João Baptista Pereira, que considera que a intenção é a abertura do partido à sociedade.

Daniel Almeida

A alínea “a” do nº 2 do artigo 105º dos estatutos do PAICV diz que compete ao Grupo Parlamentar “eleger, de entre os seus militantes, a Direcção do Grupo, órgão que assegura permanentemente a representação do Grupo no âmbito da respectiva competência”.

Tendo entrado na lista do PAICV para o círculo de Santiago Sul, como independente, significa que a jornalista Carla Lima não é militante desse partido e, por isso, não reúne, à luz do plasmado nesse artigo, condições para integrar a direcção do Grupo Parlamentar do maior partido da oposição.

Apesar de reconhecer essa imposição dos estatutos, João Baptista Pereira considera que “não há nenhum problema de maior a abertura do Grupo a independentes na direcção da bancada”.

“Se calhar estamos à frente dos estatutos do partido”, afirma o líder do Grupo Parlamentar, que também é vice-presidente do PAICV, que considera que os estatutos precisam de uma revisão “muito

pontual”, porquanto, “não faz sentido trazer competências da sociedade e depois vedar o acesso de independentes a determinados cargos de direcção, no sentido de acrescentarem mais valia e de darem uma maior contribuição ao Grupo Parlamentar”.

Contudo, quicá por desconhecimento daquilo que está plasmado nos estatutos, nenhum deputado do PAICV levantou essa questão na hora da votação dos integrantes da direcção do Grupo Parlamentar.

João Baptista Pereira reconhece que o que está plasmado dos estatutos “é para cumprir”, mas afirma que, muitas vezes, durante a sua aplicação são detectadas algumas incongruências que requerem uma revisão.

“Para nós o mais importante é ter trazido competências”, afirma João Baptista Pereira sublinhando que “ninguém levantou essa questão, mas, se for o caso, tomaremos as devidas notas”. O líder da bancada do PAICV realça, no entanto, que “não há volta atrás porque estamos no caminho certo”. 



Novo líder do PAICV

João Baptista Pereira e José Sanches podem entrar na corrida

Rui Semedo vai presidir, interinamente, o PAICV até a eleição do novo líder do partido, previsto para 19 de Dezembro. Essa decisão será tomada na reunião da Comissão Política agendada para este fim-de-semana e surge depois da reunião do Conselho Nacional, realizado na semana passada. Este conclave serviu para clarificar a decisão de Janira Hopffer Almada que vai mesmo deixar a liderança do partido, depois dos resultados das legislativas de 18 de Abril passado.

Entretanto, já se falam em pelo menos dois nomes como prováveis candidatos à sucessão de JHA: João Baptista Pereira e José Sanches.

Actual vice-presidente do partido e líder do Grupo Parlamentar,

João Baptista Pereira disse ao A NAÇÃO não descarta a possibilidade de assumir uma candidatura à liderança do PAICV. Porém, a decisão não será tomada tão cedo, porquanto considera que a prioridade, de momento, é o Grupo Parlamentar.

“O mais importante neste momento é encontrar um líder capaz de congregar o partido e que tenha um projecto com objectivos claros e que seja federador e capaz de integrar todas as sensibilidades”, defende.

José Sanches, que, em tempos, esboçou uma candidatura à liderança do PAICV

contra JHA, também não descarta a possibilidade de avançar nas próximas eleições marcadas para 19 de Dezembro. Contudo, faz questão de frisar que neste momento está focado na candidatura de José Maria Neves às eleições presidenciais de Outubro, próximo.

“O nosso pronunciamento será feito só a partir das eleições presidenciais, para evitar ruídos”, isto, porque, “somos contra qualquer movimentação partidária a nível local, regional e nacional, neste momento em que devemos estar todos concentrados nas eleições presidenciais”.

Nuias Silva também é tido como um potencial candidato à liderança do PAICV. Contudo, o problema seria como conciliar a presidência da Câmara de São Filipe com as funções de presidente do partido, que exigiria uma permanência quase constante da capital do país, onde está o centro do poder.

Na mesma situação encontra-se Francisco Carvalho, recém-eleito presidente da Câmara Municipal da Praia, para alguns “um bom candidato” para suceder JHA.

Até lá, Rui Semedo vai assumindo as rédeas do partido, com o objectivo de ajudar a conduzir o processo reativo às eleições presidenciais e organizar as eleições internas.

DA



João Baptista Pereira



José Sanches

PUB



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidadela - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv

Covid-19

Maio termina com menos óbitos e tendência para estabilização

Após o pior registo de óbitos ter sido registado em Abril, com 51 mortes, Maio regrediu para 41, assim como o número de novos casos diagnosticados. Para o director nacional da Saúde, pode-se estar perante uma estabilização do vírus.

Com 30.523 casos registados desde a chegada da pandemia no país, 264 pessoas já perderam a vida em consequência da infecção, o que dá uma taxa de letalidade global de 0,87%.

Menos internamentos

Até segunda-feira, 31, estavam internadas 28 pessoas em todo o país, sendo cinco em estado crítico. O maior número refere-se aos hospitais de Santa Rita Vieira e Baptista de Sousa, com oito internados cada, Agostinho Neto e João Morais, com quatro cada.

Isto representa uma taxa de ocupação de 32%.

Das pessoas que perderam a vida por causa da infecção por covid-19, 82% eram doentes acima dos 60 anos, segundo precisou Jorge Barreto.

Menos casos nos últimos 14 dias

Nos últimos 14 dias, até 31 de Maio, o país também registou menos 1644 casos em relação ao período anterior.

No período de 17 a 30 de Maio foram analisados 19.640 amostras, o que dá uma média de 1.413 amostras por dia, e identificação de 2.140 casos novos, com média de 153 casos diários e uma taxa de positividade de 11%.

Nos 14 dias anteriores, ou seja, de 03 a 16 de Maio, a taxa de positividade foi de 17%.

Durante o mês de Maio o país registou 41 óbitos por covid-19, menos seis do que no mês anterior. A taxa de ocupação dos hospitais também diminuiu e a letalidade global mantém-se abaixo de 1%.

Natalina Andrade

“Com essas informações, podemos verificar que mantém-se a tendência para uma situação de estabilização, ou até mesmo para diminuição. Fazendo a comparação entre esses dois períodos, identificou-se menos 1644”, explicou Jorge Noel Barreto, durante o habitual balanço da situação epidemiológica do país.

A taxa de incidência acumulada a nível nacional está em 380 por cada 100 mil habitantes, quando no período anterior era de 672 por 100 mil habitantes.

Apesar do abrandamento,

Jorge Barreto salvaguardou que a média de positividade nos sete dias anteriores a 31 de Maio foi de 13%, o que significa que ainda está “muito alta”, considerando que o ideal é que ela seja inferior a 4%.

6% da população já recebeu a primeira dose de vacina

Até segunda-feira, um total de 24.258 pessoas tinham recebido, pelo menos, a primeira dose de vacina contra a covid-19, o que representa 6% da população elegível para a va-

cinação.

Em relação aos idosos, um dos principais grupos prioritários, 17.426 já receberam a primeira dose, o que representa 35% da estimativa de idosos no país.

“Temos muitas pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que também têm doenças crónicas. Nós ainda estamos a trabalhar essa informação, mas também há pessoas com menos idade com doenças crónicas e que já começaram a ser vacinadas”, adiantou o DNS.

Com a abertura da vacina-

ção para novos grupos, o pessoal da Polícia e das Forças Armadas, bem como professores, também já começaram a ser vacinados, embora o número ainda “não seja expressivo”.

Até então as autoridades sanitárias estavam à espera que outras instituições enviassem as suas listas. No entanto, tranquilizou Jorge Barreto, as pessoas não devem se preocupar, tendo em conta que mais vacinas chegarão ao país agora no início de Junho.

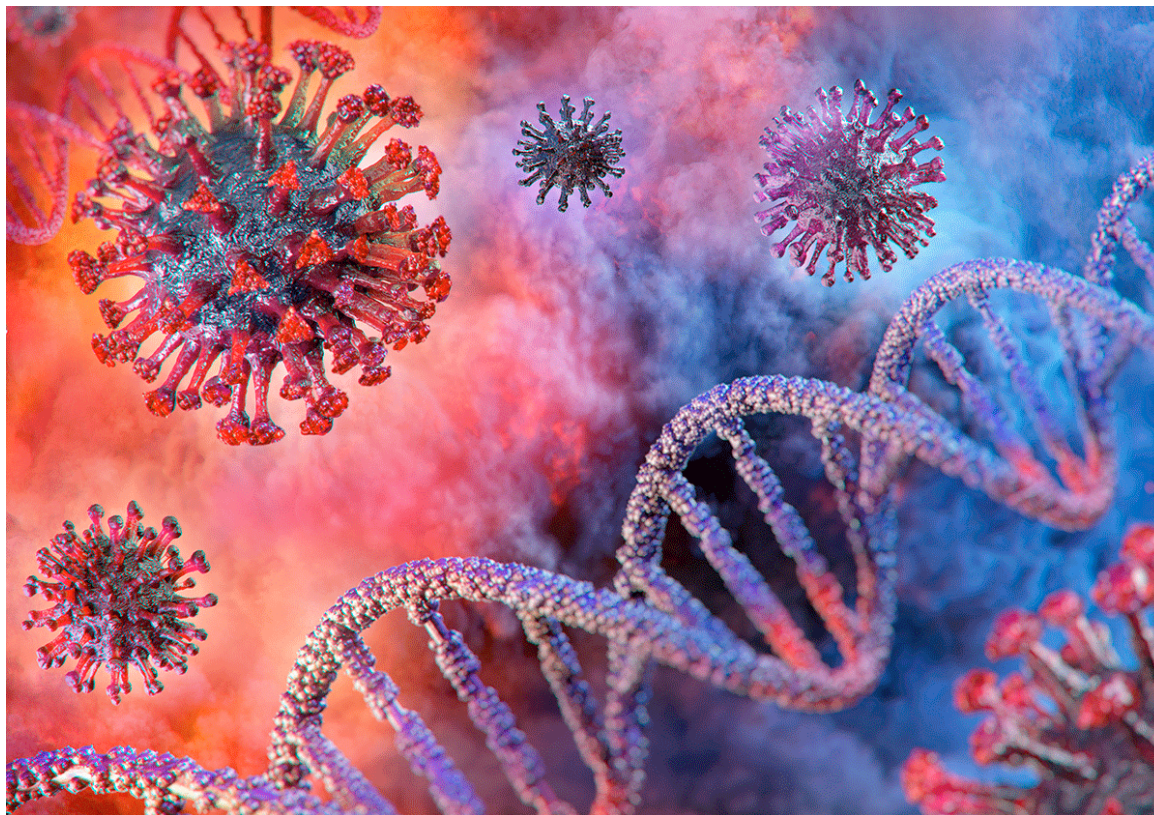
Jorge Barreto apelou à inscrição de pessoas até o prazo estabelecido – 08 de Junho, para uma questão de organização e para se saber quantas pessoas estão interessadas em tomar a vacina e evitar desperdício de doses. E para quem já está inscrito e ainda não foi chamado, estando o seu grupo a ser vacinado, este deve entrar em contacto com a estrutura de saúde mais perto para saber o que se passa.

Últimos dados

Até o fecho desta edição, ontem, os dados do Ministério da Saúde apontavam para mais 84 casos positivos no país, 36 dos quais na ilha Brava. Os restantes infectados estavam distribuídos pelo concelho da Praia (7), Santa Catarina (5), São Miguel (1), São Filipe (2), Paúl (2), Ribeira Grande de Santo Antão (6), Porto Novo (9), São Vicente (6), Maio (3) e Boa Vista (6).

Até agora os municípios com mais casos activos são Praia (555), São Vicente (193) e Santa Catarina de Santiago (105).

O país contabilizava, até esta terça-feira, 02, 30.523 casos registados, dos quais 1438 activos e 264 óbitos.



Leia e ouça o
jornal **A Nação**
Cabo Verde em
qualquer lugar,
em qualquer
língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



App Store



Google Play



Microsoft



Mais de um ano depois

TACV de rodas no ar com preços convidativos



A pesar de prevalecer um conjunto de “problemas” relativamente à situação da esmagadora maioria dos pilotos da TACV/CVA, que não foram chamados para as operações de retoma, e que vêem o lay-off expirar em Junho, a retoma anunciada para 18 de Junho, com a efectiva venda de passagens aéreas, traz alguma esperança na decolagem real da transportadora nacional.

Embora A NAÇÃO não tenha conseguido chegar à fala com Paulo Lima, presidente do Sindicato Nacional de Pilotos da Aviação Civil (SNPAC), alguns pilotos ouvidos por este semanário não se mostram, todavia, muito entusiasmados com o anúncio da retoma das operações para 18 de Junho, especialmente porque ficam de fora.

Após várias datas apontadas, tudo leva a crer que é desta que a TACV/CVA vai retomar as operações internacionais. A empresa anunciou esta semana o primeiro voo para o dia 18 deste mês, na linha Sal/Lisboa/Sal, e, a partir do dia 28, até 28 de Março de 2022, promete quatro voos semanais, incluindo São Vicente, Paris e Boston na rota. Para já, os preços são mais convidativos que os existentes no mercado.

Gisela Coelho

“Só vão voar nove pilotos. Nós, ou outros, a maioria de 48, vamos continuar em terra. O lay-off termina em finais de Junho, não nos dizem nada. Estamos à espera”, disse um piloto, que não quis ser identificado.

Outro desses profissionais alertou que “os voos são poucos”, mas que espera que seja sinal de “uma boa retoma”, apesar de prevalecerem “os problemas de sempre”.

“Não percebi nenhum âni-

mo da parte dos colegas, muito pelo contrário, está a gerar mais instabilidade no grupo”, avançou outro piloto, jovem e que também ficou de fora do lote dos nove escolhidos para a retoma das operações.

Insatisfações naturais à parte, pois estão parados há mais de um ano e com licenças caducadas, o certo é que a TACV/CVA anunciou esta semana a retoma das operações internacionais, já a partir do próximo dia 18 de Junho, e com um

novo sistema de vendas online, que, dizem, fará com que “o processo de reservas seja mais fácil do que nunca”.

Preços competitivos

Esse primeiro voo, na sexta-feira, 18, tem hora de partida agendada às 9h15 do Sal, com chegada a Lisboa, Portugal, prevista para as 15h20. Sabe o A NAÇÃO que já há passagens vendidas para o efeito. Os pre-

ços, estes, no geral, são mais competitivos, principalmente quando comparados com os da concorrente mais directa, a TAP, que até então tinha praticamente o monopólio para a Europa, apesar de a SATA estar também a operar, via Ponta Delgada.

Com pouco mais de 200 euros, ou 20 contos, pode-se fazer a viagem Sal/Lisboa/Sal, com direito a uma mala de porão e mão, numa tarifa económica.

De 28 de Junho até 28 de Março de 2022, a companhia diz que irá operar quatro voos semanais entre Praia/Sal e Lisboa às sextas e segundas-feiras; um voo semanal para e de Sal/Praia/Boston às terças com regresso às quartas-feiras e um voo semanal para e de Sal/São Vicente/Paris aos sábados com retorno aos domingos.

Agências de viagens esperam “mais negócio” para amenizar tesouraria “difícil”

As agências e viagens e turismo estão animadas e esperançosas com a retoma anunciada da TACV/CVA. Mário Sanches, presidente da associação desta classe, disse ao A NACAO estar perante uma “boa notícia” para as agências de viagens e para o país. “Pela importância estratégica, e até pelo orgulho que representa a nossa companhia de bandeira”, resumiu.

Nesse sentido, a associação espera que esta retoma das operações da TACV/CVA venha a afectar “positivamente” as tarifas nos voos comerciais, “ainda mais nestes tempos difíceis” para as famílias cabo-verdianas.

No que diz respeito às agências nacionais, o regresso ao activo da TACV/CVA, garante

aquela fonte, “é uma importante luz que se acende no fundo de um túnel cada vez mais escuro e longo”. “Esperamos que venha a traduzir-se em mais negócio e contribuir para amenizar a difícil tesouraria das nossas agências associadas”, almeja.

No futuro, e dados os “tempos difíceis”, Mario Sanches chama atenção da importância das parcerias. “É fundamental que a TACV/CVA veja em nós, as agências de viagens, parceiros fiáveis e valiosos que somos para a expansão do seu negócio. Dito isto, auguramos que a TACV/CVA venha a colocar as agências de viagens no centro da distribuição para que, juntos, possamos contribuir para a melhoria do sector das viagens e turismo no nos-

so país”.

Aquela fonte chama ainda atenção para a necessidade de um “volte face” na perspectiva actual da companhia, no sentido de se reposicionar junto o mercado étnico, que, lembra, “sempre foi a tendência da TACV/CVA antes da privatização”. Assim, a gestão da TACV/CVA, “terá de ter sempre em conta, sobretudo, a nossa valiosa Diáspora, na definição das suas rotas”.

A associação espera que seja uma “nova largada”, para a companhia, “aprendendo com os erros do passado para caminhar rumo a um futuro próspero”, pois, como finaliza, “Cabo Verde e os cabo-verdianos sempre ganham com uma TACV/CVA forte”.

GC



Mario Sanches

Numa simulação do A NAÇÃO para o voo Praia/Boston/Praia, com partida a 29 de Junho e regresso a 28 de Julho, os passageiros podem encontrar passagens a 543 euros, com uma mala de mão e outra de porão.

A retoma, garante a administração da TACV/CVA, em comunicado, será “gradual, em linha com o valor de confiabilidade da empresa, adicionando destinos em linha com a crescente procura e com o objetivo de conectar quatro continentes através do ponto central no Sal, assim que as condições pandémicas o permitam”.

O novo sistema de passageiros HITIT, avança a empresa, “é uma plataforma moderna com uma solução de vendas, operações e contabilidade integrada”, que irá “aumentar a eficiência e a confiabilidade do apoio ao cliente da companhia”.

“Estamos entusiasmados pelo facto de podermos, finalmente, começar a recuperar o turismo em Cabo Verde após as dificuldades provocadas pela pandemia. As praias do Sal, os restaurantes únicos e o calor e hospitalidade do povo cabo-verdiano irão receber de bra-

ços abertos os visitantes a um destino que é verdadeiramente diferente de todos os outros. Isto é só o começo e estamos ansiosos por criar um futuro melhor para o arquipélago e todos os seus visitantes”, refere Erlendur Svavarsson, CEO da Cabo Verde Airlines, também em comunicado.

A companhia diz que está também a introduzir um programa de reutilização de vouchers de voo que não tenham sido utilizados. “Desta forma, os passageiros podem agendar a sua viagem até três anos após a emissão dos bilhetes. Este programa inovador ambicioso compensa todos os passageiros que viram os seus voos cancelados devido à pandemia, de uma forma flexível e equitativa”. Quanto aviões, a companhia não avançou novos dados.

Espera-se que estas alterações na forma de operar da empresa se traduza em mais eficiência nas operações e menos encargos para o erário público tendo em conta que para viabilizar a companhia o actual Governo já emitiu avales na ordem dos 550 mil contos no início do ano, estando previsto injectar mais 30 milhões de euros, até Julho próximo.

Binter está a fazer evacuações

A Binter (TICV), soube o A NAÇÃO, está a fazer evacuações, devido ao facto de a Bestfly Angola, a nova operadora inter-ilhas no mercado, não ter capacidade para tal. Apesar de não estar a operar voos comerciais internos desde 17 de Maio, a TICV tem sido crucial nas evacuações.

A empresa tinha avançado que aguardava a aprovação do plano de Verão da por parte da Agência da Aviação Civil (AAC) para retomar as operações comerciais internas, mas a AAC veio esta semana a público esclarecer que foi a Transportadora Interilhas de Cabo Verde (TICV), que requereu o cancelamento da emissão da autorização da operação para o Verão, por motivos de “interesse exclusivo da empresa”.

Este “volte face” da empresa, sabe o nosso semanário, apanhou os trabalhadores de surpresa. “Não estão a dizer nada aos colaboradores, nem para o bem nem para o mal. Eles têm escala actualizada, estão a fazer evacuações. Hoje (quarta-feira, ontem) fizeram mais uma. Portanto das duas uma, ou vão ficar com mais força, talvez até com novas rotas e pro-

gramação, ou vão vender, e querem manter a empresa rentável. Mas não há nenhum sinal de desinvestimento ou de deixar a empresa a deriva”, avançou uma fonte muito próxima da companhia.

Inclusive, esta quarta-feira, 2, vários pilotos foram fazer o exame médico completo, tudo pago pela companhia e há também pilotos para fazerem simulador, o que demonstra que a empresa está a fazer “investimentos” e a “manter” todos os colaboradores, “com salários em dia, e licenças, em dia, “tudo pago por eles”.

O silêncio por parte da empresa, atesta a nossa fonte, pode-se prender com o facto de, no mês passado, um mail interno para colaboradores ter ido parar à imprensa. “Devem estar a evitar que o mesmo aconteça, agora”.

Resta por isso esperar, para ver se a Binter vai vender a sua participação na TICV, como já foi aventado por Ulisses Correia e Silva, primeiro-ministro, ou se a companhia vai entregar um novo plano de Verão na AAC.

GC



Santa Catarina

Bombeiros acusam Câmara de descaso

O comandante dos Bombeiros Municipais de Santa Catarina, Norberto Monteiro, diz que a corporação está passar por dificuldades extremas. Não sendo de hoje, os problemas vêm-se agravando, a cada dia que passa. Cansado, resolveu falar para o NAÇÃO, de modo a que os munícipes passem a saber qual a situação em que os bombeiros trabalham no dia a dia.

“Há mais de sete meses que estamos sem uma ambulância operacional e dos outros equipamentos de primeiros socorros em geral”, aponta como exemplo e em tom de tom de desabafo.

“Sempre que somos chamados e chegamos atrasados, por falta de meios, nomeadamente ambulância para socorrer os sinistrados, apesar de todos os nossos esforços e profissionalismo, somos insultados e humilhados injustamente”, acrescenta.

Conforme esse responsável, recentemente, deu-se o caso de todas as viaturas afectas à corporação estarem com problemas. “E, devido a essa situação, sempre que recebemos um pedido de socorro temos que chamar a Câmara Municipal para nos disponibilizar uma viatura de caixa aberta, ‘pick up’, para nos podermos deslocar ao terreno. E por causa disso, muitas vezes, chegamos tarde, somos recebidos com reclamações e até insultos. Há elementos nossos que se sentem desmotivados”.

Monteiro diz ainda que, não poucas vezes, a corporação é obrigada a recorrer a favores de particulares, que pos-



Os bombeiros de Santa Catarina dizem-se abandonados pela Câmara Municipal, de quem dependem. O comandante Norberto Monteiro revela que a corporação está sem uma ambulância há mais de sete meses e que são os seus efectivos, no dia a dia, que têm de engolir as “injúrias” da população sempre que é chamada e não tem como responder às solicitações.

Silvino Monteiro



Norberto Monteiro

Do fardamento à falta de assistência médica

Os Bombeiros Municipais de Santa Catarina queixam-se de quase tudo. Inclusive do fardamento e falta de assistência médica, além de meios de locomoção.

Norberto Monteiro, o comandante da corporação, afirma que há 10 anos que os seus colaboradores não recebem um fardamento completo. “Por lei temos direito a dois fardamentos por ano. Mas há dez anos que não recebemos um fardamento completo e isso faz-nos muita falta, sobretudo as botas. Tem sido graças à Polícia Nacional que nos tem arranjado algumas calças usadas para nos desenrascamos”.

A carência de meios humanos é uma outra preocupação. “A corporação é composta por 18 elementos, sendo seis mulheres e 12 homens, um número insuficiente tendo em conta o número da população, dimensão e orografia do município. Há ocorrências em que sentimos necessidade de chamar elementos que estão a descansar, ou recorrer a pessoal dos outros municípios, sobretudo, em casos de incêndios. Laboramos em regime de três turnos de cinco elementos. E trabalhamos 24 horas por dia, o que nos deixa sobrecarregados e desgastados. Queremos mais elementos para poder prestar oito horas de serviços conforme manda a lei laboral em Cabo Verde”.

A cobertura médica é uma outra velha necessidade, apesar de os bombei-

ros prestarem vários serviços de risco. “Somos nós que fazemos levantamento de cadáveres, às vezes, em avançado estado de decomposição; trabalhamos no combate ao incêndio, durante o qual inalamos muito fumo e por vezes tóxico, mas não temos um acompanhamento médico ou consulta periódica gratuita. Quando precisamos fazer uma consulta temos que pagar a ficha como qualquer outra pessoa”.

Melhores instalações

Os bombeiros de Santa Catarina reivindicam ainda um quartel com melhores condições. “Precisamos de um espaço próprio porque, neste momento, dividimos o local com os serviços de alfândegas. E quando aparece um camião atrelado para descarregar carga os nossos veículos ficam praticamente bloqueados. Por outro lado, devido a limitação do espaço, os nossos veículos ficam estacionados uns atrás de outros, e em caso de emergência temos dificuldades em sair rápido”.

Operacionalizar linha 131

A operacionalização da linha verde 131 é uma outra reivindicação, antiga, dos soldados da paz no principal município de Santiago Norte. “A corporação dos bombeiros foi criada há 15 anos,

mas nunca a linha verde para chamadas de emergência funcionou. No âmbito do combate a Covid-19 foi criada a 8001024, que também não funciona. E por ser um número longo é inadequado para proteção civil as pessoas têm dificuldade em memorizar. Portanto, o número emergência para bombeiros deve ser 131, por ser esse que as pessoas têm na cabeça”.

O comandante dos bombeiros diz que, na ausência de um número de emergência funcional, é a Polícia Nacional que lhes avisa sobre certos pedidos de socorro. “As pessoas ligam para o 132 e pedem apoio e depois a Polícia desloca-se às nossas instalações para nos avisar, e de seguida temos que ligar para a Câmara Municipal a pedir um carro, se estiver disponível. E com isso perdemos muito tempo. É esta a nossa realidade actual. As pessoas têm que saber que não é por nossa culpa que chegamos atrasados e às vezes nem vamos porque não temos meios de mobilidade”, sublinha.

Norberto Monteiro defende que a Câmara deve pensar também em obter uma auto-escada porque a cidade da Assomada está em desenvolvimento, com prédios com quatro ou mais andares. “No caso de um incêndio, num dos apartamentos do último andar desses edifícios, sem um auto-escada não haverá como intervir em segurança e em tempo oportuno”. SM

suem viaturas de caixa aberta (Toyota Hilux ou Dyna), para socorrer e transportar pessoas acidentadas na carroçaria desses veículos, o que não é recomendado, obviamente.

“Temos três veículos ambulância, mas estão todos avariados. Um, sofreu acidente durante uma operação de socorro e está há mais de um ano na oficina. Os outros dois estão com problemas no sistema de travagem e estão parados há cerca de oito meses, por falta de peças. Os nossos veículos devem ser levados para uma oficina qualificada para receberem uma intervenção de fundo para evitar ‘chapa-chapa’. Não podemos correr o risco de parar no caminho ou sofrer acidente quando andamos em velocidade em missão do socorro”, alerta.

“Há dias recebemos um pedido da Delegacia de Saúde para fazermos o transporte de um paciente com covid-19, e sem ambulância não é possível fazer esse serviço em segurança. Foi constrangedor porque a corporação, em geral, decidiu não fazer o trabalho do tipo se não forem criadas as condições necessárias”.

Norberto Monteiro revela ainda que, também da Delegacia de Saúde, recebeu há dias uma outra chamada para buscar uma parturiente na localidade dos Engenheiros, em trabalho de parto, mas que os Bombeiro não puderam atender o pedido dado que não dispunham de viatura. “Essa munícipe foi socorrida por um particular e segundo informação acabou por ter o filho no caminho. É esta a nossa situação”, sintetiza.

Sentimento de abandono

Diante dos problemas do dia a dia, e sem a atenção que julga merecer da Câmara Municipal de Santa Catarina, o comandante dos Bombeiros diz que os efectivos da corporação se sentem em estado de “abandono total” por parte da autarquia.

“Temos três acordos assinados com a Câmara Municipal no sentido de resolver as nossas reivindicações e, apesar das várias manifestações, nenhum deles foi cumprido. O último acordo foi assinado antes das eleições autárquicas de 2020 e deveria entrar em vigor a partir de janeiro

de 2021, mas até agora nada. Desde que a nova equipa camarária tomou posse não houve ainda nenhum encontro com a corporação”, desabafa.

“As autoridades esquecem-se que os bombeiros existem para servir o povo que os elegeu e que quando demoramos em responder um pedido de socorro é o povo que sofre. A vítima pode ser qualquer um de nós ou nossos familiares. Por isso, a Proteção Civil e os Bombeiros são sectores muito importante em qualquer país, e as suas necessidades vistas como prioridades”, conclui. SM

Silêncio da Câmara Municipal

A NAÇÃO tentou obter uma reacção da Câmara de Santa Catarina sobre os problemas levantados e apresentados pelo comandante dos Bombeiros desse município de Santiago Norte. Através do responsável do Gabinete de Comunicação este jornal foi informado que vai ser emitida uma posição sobre as reivindicações da referida corporação. Contudo, até ao fecho desta edição, não chegou ao nosso conhecimento qualquer posicionamento público da autarquia. SM

Santo Antão

Zonas altas do Porto Novo continuam sem água na rede

As zonas de Chã de Galinheira, Chã de Matinho, Chã de Viúva, Alto de São Tomé e Lajedinho, por serem as mais altas da cidade do Porto Novo, enfrentam, com frequência, falta de água na rede. Isto, por se tratar de uma rede antiga, obsoleta e com frequentes rupturas e, por si só, sem capacidade de fazer a água chegar nessas zonas.

Apesar de alguma melhoria feita na rede, como medidas correctivas, nas zonas de Chã de Galinheira e Chã de Matinho, Alto de São Tomé e de Lajedinho continuam sem água por essa via.

Os moradores dizem-se agastados, entre a “falta de água e o desespero”, e expectantes para a resolução do problema. No caso do Alto de São Tomé, há famílias sem água na rede há mais de um ano.

Antónia Alves e Maria Teresa, abordadas pelo A NAÇÃO, pedem que o problema seja solucionado no sentido de repor a normalidade no abastecimento de água e diminuir assim os constrangimentos registados. Ambas estão há meses sem água na rede, à semelhança dos vizinhos.

Autarquia ciente

A Câmara Municipal do Porto Novo (CMPN) reconhece o problema. Irlando Ramos, vereador responsável pela água e saneamento, em entrevista a este jornal, avança que a autarquia “não dá costas” aos problemas dos munícipes.

Cientes do problema, adianta a mesma fonte, a CMPN tem implementado medidas emergenciais no sentido de proporcionar acesso à água aos moradores das zonas altas. Uma delas é o transporte gratuito de água pelo Serviço Autónomo de Água, em concertação com o executivo camarário.



REGIÕES

Os moradores das zonas altas da cidade do Porto Novo continuam a enfrentar falta de água na rede. Um problema que se arrasta há anos devido a uma rede obsoleta. A Câmara Municipal diz que só a implementação do Projecto de Água e Saneamento de Santo Antão poderá solucionar o problema.

Ricénio Lima



Irlando Ramos

Para os moradores que não possuem verbas para proceder a compra da água, Irlando Ramos informa que o serviço concede um crédito de até dois meses, que podem ser pagos posteriormente.

Distribuição de água por gravidade

No entanto, a edilidade local está a proceder medidas correctivas na rede de algumas zonas para suprir algumas das necessidades, até que o problema fique resolvido em definitivo.

“As medidas corretivas que temos estado a tomar em termos da rede passam por auto-transporte de água, a partir da dessalinizadora, até o reservatório que fica numa cota mais ele-

vada da cidade e depois é distribuída por gravidade quer para a parte de Chã de Galinheira, parte de Chã de Matinho e Chã de Matinho Norte, bem como para o complexo Casa para Todos. A ideia é também fazer a água passar para o outro lado da cidade em Alto de São Tomé e Lajedinho”, avança Irlando Ramos.

Solução definitiva

Contudo, a solução definitiva do problema só será possível com a implementação do Projecto de Água e Saneamento de Santo Antão. A cidade do Porto Novo está contemplada com uma rede de 25 quilómetros de tubagem, substituição de 8500 contadores, 3500 ligações domiciliárias, instalação de sistemas

de melhoramento da qualidade da água e melhoria e construção de reservatórios de água.

A iniciativa é do Governo, com apoio do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA) e abarca também a vertente saneamento com 20 quilómetros de rede de esgotos, uma Estação de Tratamento de Águas Residuais e construção de 200 fossas sépticas e está orçado em 1,2 milhões de contos.

O projecto, entretanto, está atrasado por culpa da pandemia, como justifica Irlando Ramos. Este vereador acredita que o problema de falta de água nas zonas altas será resolvido, contudo, em breve com a implementação do projeto.

“É um projecto que vai resol-

ver o problema, principalmente nas zonas emergentes, e nas zonas altas onde não conseguimos fazer a água chegar porque se metemos muita pressão na rede, as tubagens vão sofrendo rupturas e temos de interromper a distribuição e não conseguimos fazer a água chegar”, justifica Ramos.

Segundo avança Irlando Ramos, os concursos para a execução do projeto devem sair “em breve” e, “ainda este ano” espera ter empresas em Santo Antão a executar as obras. Contudo, não há uma data concreta para a conclusão do projeto para o alívio definitivo dos moradores das zonas altas da cidade que, por ora, ficam dependentes do abastecimento domiciliar em autotankes.

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

13 Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv

f t i anacaocaboverde

São Vicente

Alunos do Ensino Recorrente querem continuidade dos estudos até o 12º ano

Antigamente, o Ensino Recorrente era maioritariamente frequentado por adultos com outras finalidades, nomeadamente a simples aquisição de conhecimentos, ascensão na carreira profissional, mas não necessariamente a conclusão dos estudos secundários.

Actualmente, o quadro é outro. A maioria dos alunos são adolescentes e jovens, muitos deles com outra visão e objectivos, como a conclusão do 12º ano, a procura de um emprego e a prossecução de uma formação profissional ou superior.

Liceu Ludgero Lima e Escola Académica

Em São Vicente, o Ensino Recorrente é ministrado em duas instituições: na Escola Académica e no Liceu Ludgero Lima, sendo este último de vocação pública e onde foi reduzido à escolaridade básica, ou seja, até ao 7º e 8º anos.

No Liceu Ludgero Lima, onde a maioria dos “recorrentes” estuda, o preço da propina praticado é inferior ao do da Escola Académica, mas os alunos apenas podem estudar até o 8º ano.

Actualmente, o 9º ano e a conclusão do 12º ano só é possível na Escola Académica.

“Aqui em São Vicente há apenas uma escola privada (Escola Académica), que, dispõe de um espaço bastante reduzido que não dá vazão a todos os alunos. Mesmo aqueles com condições económicas para pagar a propina ficaram de fora, antes da pandemia. Não entendemos porque o Ensino Recorrente foi reduzido à escolaridade básica”, diz um grupo de alunos num abaixo-assinado a que este este semanário teve acesso.

Actualmente, o Ensino Recorrente do sistema público, ministrado no Liceu Ludgero Lima em São Vicente, vai até ao 8º ano. Os alunos, através de um abaixo-assinado, reivindicam que querem prosseguir os seus estudos até ao 12º ano de escolaridade, alegando dificuldades financeiras para custearem os estudos no ensino privado, neste caso, na Escola Académica. A reivindicação não é nova e reaparece a cada final de mais um ano lectivo.

Jason Fortes

Dificuldades financeiras

Muitos dos alunos que subcreveram o abaixo-assinado alegam não terem condições para pagar as propinas que na Escola Académica custam mais do triplo do Liceu Ludgero Lima

“Mil escudos não é nada, mas para muitos de nós é muito, porque somos jovens e a maioria nem trabalha. Nalguns casos

já temos filhos ou o salário que auferimos não dá para pagar as nossas despesas”, acrescenta o documento.

Acesso à formação profissional

Os alunos do Ensino Recorrente argumentam que a continuidade dos estudos até ao 12º

ano também vai contribuir para o acesso às formações profissionais que vêm sendo disponibilizadas no país.

Isso porque, apesar de congratularem com as ofertas de formação profissional, estas nem sempre vão de encontro aos perfis dos alunos e à formação académica já que as habilitações exigidas são superiores à escolaridade

dos potenciais candidatos.

“Podemos citar um exemplo prático de alguns alunos que queriam fazer o curso de electricista, mas tinham que ter no mínimo o 9º ano e, logicamente, ficaram de fora. Questionamos sobre o porquê dessas formações já serem pré-definidas. Queremos formações profissionais sim, mas também queremos estudar para podermos ter opções de escolha, ou seja, fazer uma formação profissional ou superior que é um direito nosso”, conclui.

A NAÇÃO tentou ouvir o Ministério da Educação sobre esta reivindicação dos alunos do Ensino Recorrente em São Vicente. Entretanto, até o fecho desta edição não foi possível obter uma reacção.



Paralímpicos

Cabo Verde com dois atletas nos Jogos Mundiais de Remo 2021 da Itália

A selecção principal de Cabo Verde mede forças, neste sábado (5), com a selecção olímpica do Brasil, no primeiro de três jogos amigáveis no espaço de sete dias. A partida acontece, em Belgrado, capital da Sérvia. É a primeira vez que os tubarões azuis enfrentam os canarinhos num jogo.

Jason Fortes

Cabo Verde vai ter dois atletas paralímpicos nos Jogos Mundiais de Remo 2021, em Gavirate, prova de qualificação final para Tóquio. Marcos Bomtempo e Neusa Oliveira já se encontram em Itália, para participar nesta prova.

Os atletas crioulos, que integram a comitiva chefiada pelo treinador Danielson Miranda, segundo a Infopress, deixaram o país com o objectivo primordial de lutar por uma vaga para os Jogos Paralímpicos Tóquio' 2020, nesta prova que é também a 15ª Edição Internacional do Para-Remo Regatta.

Marcos Bomtempo, medalha de Ouro em 2020 no Virtual Regatta África – Indoor Remo, organizado pela African Remo e pela FASA, partiu para mais esta competição moralizado, numa boa prova, mas consciente da concorrência que terá de enfrentar no solo italiano.



Santo Antão

Eder Pereira vence fase nacional da Taça de Cabo Verde em Xadrez

O xadrezista Eder Pereira foi o grande vencedor da fase nacional da Taça de Cabo Verde em Xadrez, encerrada na terça-feira (1), na Ribeira Grande, Santo Antão.

O salense, conforme a Inforpress, conseguiu o título na terceira partida da prova contra Luís Fernandes, de São Vicente, segundo classificado. O pódio da competição, avança a mesma fonte, ficou completo com Ivandro Rosa da Cidade da Praia em terceiro.

Em declarações à imprensa o campeão da Taça de Cabo Verde em Xadrez disse que ficou muito satisfeito por ter vencido a competição, “especialmente” por ter sido a primeira edição. “Para mim, é algo que sempre vou lembrar como um marco histórico”, considerou Eder Pereira, que salientou que o torneio em si, foi “bem disputado”.

Por Sua vez, o presidente da Federação Cabo-verdiana de Xadrez, Francisco Carapinha, enalteceu a competição e afiançou que foi a “melhor competição de sempre” feita em Cabo Verde.

Carapinha aproveitou e lançou um repto às associações de xadrez para serem o “braço direito” da Federação na região onde estão.

“Cada associação tem que ver o que necessita e com a colaboração da Federação chegar mais longe possível”, frisou Francisco Carapinha, que sublinhou que a federação pretende que as associações estejam cada vez mais organizadas.

A primeira edição da Taça de Cabo Verde em Xadrez foi disputada entre oito jogadores das ilhas de São Vicente, São Nicolau, Sal, Santo Antão e Santiago.

JF



Futebol

Bubista com tripla oportunidade para observar jovens valores da selecção A

Após ter, no passado mês de Março, assegurado a presença na CAN 2021, a selecção principal de futebol de Cabo Verde volta a entrar em campo, neste sábado. A Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF) aceitou de bom grado o convite da Confederação Brasileira de Futebol para defrontar a selecção olímpica desse país “irmão”. A partida, que se realiza no Estádio Partizan, na Sérvia (antiga Jugoslávia), está enquadrado na preparação da equipa “canarinha” para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020.

Do lado da comitiva cabo-verdiana, o jogo é o primeiro de três embates no espaço de sete dias, tendo em vista a participação na CAN 2021. Após defrontarem o Brasil, os “Tubarões Azuis” seguem viagem para o Senegal, onde a 8 de Junho, defronta a seleção local em mais um amigável. Três dias depois, em Bissau, a comitiva nacional joga contra a Guiné-Bissau.

Assim como Cabo Verde, Senegal e Guiné-Bissau estão qualificados para o CAN 2021, que será disputado em janeiro do próximo ano nos Camarões.

Estes três amigáveis decorrem em datas FIFA, representando igualmente uma oportunidade da selecção preparar para as eliminatórias do Mundial de Qatar.

Para o seleccionador nacional, Pedro “Bubista” Brito, esta janela de amistosos, representa uma tripla oportunidade para observar os jovens valores da selecção principal.

“Ficamos contentes porque a federação conseguiu arranjar estes amigáveis e claro que nos servem, porque temos a possibilidade, neste caso, de ver os nos-



A selecção principal de Cabo Verde mede forças, neste sábado (5), com a selecção olímpica do Brasil, no primeiro de três jogos amigáveis no espaço de sete dias. A partida acontece, em Belgrado, capital da Sérvia. É a primeira vez que os tubarões azuis enfrentam os canarinhos num jogo.

Jason Fortes

so jogadores jovens e trabalhar cada vez mais as nossas ideias de jogo para podermos melhorar o grupo em termos daquilo que são os nossos valores. Ter tudo aquilo que pretendemos em termos de melhoria do nosso grupo. Não queremos melhorar só dentro do campo, mas também a nossa parte fora do campo, que é aquilo que faz com que melhorremos a nossa equipa dentro de campo”, diz Bubista.

Férias

Estes três amistosos acontecem num período onde a esmagadora maioria dos jogadores da selecção de Cabo Verde

já se encontravam de férias. Um detalhe que não passa ao lado do seleccionador nacional, por vir acrescentar alguma dificuldade, já que muitos dos atletas tiveram que interromper as suas férias para poderem representar a selecção.

“Cabo Verde tem sempre dificuldades nesta altura, ao contrário de outras equipas. Por exemplo estamos a falar do Senegal, que todos os seus melhores jogadores estão lá. Tem jogadores na Liga dos Campeões e estão todos lá. As vezes entre os jogadores cabo-verdianos há uma certa resistência quando tem jogos particulares, o que é uma pena, mas esta-

mos aqui com os nossos jogadores, jovens e queremos que eles demonstrem os seus valores dentro do campo, porque já os conhecemos minimamente e a maioria deles já esteve conosco”, acrescenta.

Análise aos adversários

Questionado sobre qual dos adversários é mais apetecível ou teoricamente mais acessível, Bubista não tem dúvidas de que não há muito por onde escolher. Na sua óptica cada um tem os seus atributos, pelo que o foco passa por tirar o máximo de proveito desta oportunidade num contexto extra-

-competitivo.

“Estamos a jogar com a melhor equipa de África (Senegal), onde há um dos melhores jogadores africanos. Estamos a jogar com a campeã olímpica, onde estão os melhores jogadores jovens brasileiros. Não temos muito por onde discutir, mesmo a Guiné-Bissau tem uma excelente equipa. Nós estamos a olhar mais para melhorar a nossa equipa e dar aos nossos jogadores jovens andamento, tornando a nossa equipa mais forte em termos de qualidade e cada vez mais ter mais opção”.

Apesar de se tratar de um contexto de jogos amistosos, o técnico quer a equipa comprometida e com o pensamento na vitória. Reconhece alguma melhoria da selecção nos últimos jogos, onde não só conseguiu vencer fora de portas, como também melhorar defensivamente.

“Praticamente em quatro jogos, sofremos um golo e queremos melhorar estas partes aqui, para cada vez mais ter uma equipa com ambição e que é capaz de procurar o resultado onde for”, conclui.

A convocatória da selecção nacional trouxe algumas novidades, como são os casos de Sixten Mohlin, João Correia, Rely Cabral e Alexis Gonçalves. Em sentido contrário, devido a motivos de força maior, saíram da convocatória Ryan Mendes e João Correia. O extremo, Ryan Mendes, um dos capitães, “não conseguiu” recuperar a tempo da lesão que sofreu no final da época. Outro desfalque é a do lateral, João Correia, por motivos de saúde, pelo que não será desta vez que fará a sua estreia na Seleção Nacional.

Uma saudação aos novos Governantes

Sr. Primeiro Ministro, Excelência
Srs. Deputados Nacionais, Excelências
Srs. Presidentes dos Partidos Políticos, Excelências



José Pereira Miranda

Começo por saudar a todos os representantes do Povo Cabo-verdiano, tanto nos Governos Locais e Central, como nas respetivas Assembleias e nos Partidos Políticos.

Saúdo também o novo Elenco Governamental e louvo a forma como o «Novo Primeiro Ministro» o formulou, apostando seriamente nas mulheres. Meses atrás publiquei no facebook, ser mesmo necessário que os nossos governantes deem oportunidades às mulheres, para que elas confirmem as suas capacidades mostradas já em diversas circunstâncias.

A todas as Deputadas eleitas, sobretudo, às que foram integradas no novo Elenco Governamental, com destaque para as que entraram pela primeira vez, os meus parabéns e votos de bons sucessos nos seus ministérios, para que cada uma, nos encargos confiados, deem a prova de governar pela inteligência e espírito de filantropia, e não apenas pela filosofia partidária ou satisfação ao melhoramento da Lei da Paridade. É necessário que as mulheres continuem, e cada vez com a maior serenidade, a mostrar que são capazes não só de secretariar ou presidir a um partido político, mas também que possam governar um Concelho ou mesmo uma Nação. Isso será possível sempre que a inteligência ocupar o lugar para qual foi preparada. Mais uma vez, os meus parabéns.

Faço votos que os novos sujeitos parlamentares também sejam, de facto, verdadeiros representantes do povo cabo-verdiano, para que não formem uma Assembleia defensora apenas dos partidos políticos, mas também e, sobretudo, uma Assembleia que visa defender os interesses da Nação e do seu Povo Eleitor.

Aproveito para saudar, calorosamente e de forma particular, o Dr. Austelino Correia pelo nobre encargo que lhe foi atribuído, e desejar que ele saiba inteligentemente orientar a nova Assembleia Nacional, de forma a que os três Partidos

que nele confiaram não se venham a ter que queixar de injustiças, seja de um lado ou de outro. Muitos parabéns e bons sucessos.

Ao senhor Presidente cessante Dr. Jorge Santos, os meus parabéns pela nova responsabilidade que lhe foi confiado e votos de bom sucesso. Será um encargo delicado, atendendo as divergências das compreensões comunitárias, mas que, de certo, ele, com a sua grande experiência, saberá coordená-las.

Aos senhores Deputados Legisladores e aos legalistas ouso fazer três propostas, que poderão ter reflexos positivos no melhoramento do ambiente:

1 – As nossas cidades, possivelmente em todas as ilhas, estão cheias de construções em ruínas, com destaque para esta nossa ilha de Santiago, que conheço e vejo com uma certa tristeza. As razões dessas construções, que aumentam dia pós dia, são diversas. Uma delas é que, morrendo os respetivos proprietários, essas ruínas passam a ser dos herdeiros, que muitas vezes se encontram dispersos em diversos países, portanto sem possibilidades de se encontrarem para se ocuparem ou cuidarem das respetivas heranças. Outras vezes, essas heranças são de pequenos valores e as despesas necessárias para o apoderamento das mesmas não compensam. Por vezes, ainda, apegados à vontade de ficar com uma recordação dos pais, inda que pequena, os irmãos não abram mão do património a favor de um deles, que, tendo legitimidade, cuidaria e aproveitaria melhor essa herança paterna. Assim, essa ruína vai-se degradando cada vez mais, ficando a servir de contentores de lixo, de esconderijos dos fumadores de drogas ou lugares da prostituição.

Desejável é, por isso, a criação de uma lei que determina um tempo limite para os respetivos donos reabilitarem o prédio ou a casa em questão. Terminado esse tempo e

não havendo alguém a responsabilizar-se pela sua reparação, o Estado expropria, com a devida indenização, esse prédio, assumindo a sua transformação num prédio útil, rentável, aproveitável para uma pessoa necessitada, ou outro fim. As receitas que vierem a ser arrecadas com o novo uso do edifício reabilitado poderão servir para amortizar as despesas realizadas no melhoramento do expropriado e sua manutenção. Neste caso, se os herdeiros, mais cedo ou mais tarde, quiserem apoderar-se do património expropriado e reabilitado, bastará contribuir por aquilo que o expropriador gastar para o efeito. O necessário é limpar e higienizar o rosto da cidade, para a proteção do Ambiente.

2 – Antigamente, não havia tantos doentes mentais na rua correndo perigos e provocando os sensatos. Hoje, em todas as ilhas e em todos os concelhos se encontram dementes a provocarem os cidadãos, tanto os nacionais como os estrangeiros, em negócios, serviços ou turismo. Tudo isso porque não há leis que os obriga a submeter-se a tratamento, caso esses não queiram e as famílias não tenham domínio sobre eles, ou se existem essas leis não estão a resultar. Na minha opinião deve-se criar uma lei e outros mecanismos que determine, efetivamente, tratamento obrigatório desses dementes que perderam juízos por causa do álcool, drogas ou outros distúrbios. Com os seus tratamentos e devido seguimento, o ambiente citadino se tornará próprio e seguro para quem quiser viver guiado pela sua inteligência. Ainda poder-se-iam construir algumas casas, em cada concelho, para os seus acolhimentos noturnos.

3 – Todos sabemos perfeitamente que o ser humano, para além de social, é um ser dinâmico e ambicioso. Por esta razão, os jovens, sobretudo, carregados de energia e de

perspetivas, não conseguem estar parados, particularmente quando sofrem por não conseguirem realizar os seus sonhos. Por causa disso, e não conseguindo outro caminho, muitos e sobretudo os jovens que se encontram fora do ensino, decidem sair pelo destino da droga, do álcool ou dos assaltos. Nesse quadro, urge uma atenção especial na busca de soluções sustentáveis e duradouras para o emprego juvenil, até para se aproveitar toda energia e força de trabalho que um jovem naturalmente apresenta e que, caso contrário, empregá-las-á em coisas que podem ser nefastas, para si mesmo, sua família e a sociedade no seu todo. Sugiro, assim, a criação de uma comissão nacional para uma reflexão aprofundada sobre esta problemática e apresentação das melhores soluções.

Certo de que não há trabalhos de escritório para todos, na minha opinião, as frentes de alta intensidade de mão de obras, que foram encerradas porque não estavam formatadas e a dar resultados desejáveis, deverão, por exemplo, ser reabertas, embora que seja por meio de processos mais eficientes e mais rentáveis, como empreitadas. Os jovens devem ser preparados e orientados para serviços do género, que também são dignos e remuneráveis.

Com essas e outras soluções de emprego todos ficarão melhor servidos. Primeiro serão os jovens e não só, que se empregarão com utilidade. Segundo serão as famílias que se aliviarão com os filhos desocupados. Terceiro serão os nossos terrenos, que se vinham degradando com as chuvas desmedidas, que passarão a ser amparadas com socos, diques, caldeiras e plantação de árvores. Quarto é o Governo que beneficiará com mais postos de serviços aos jovens.

Agradecimentos pela atenção e consideração.

2021/05/19

djedje.miranda@hotmail.com

“Com essas e outras soluções de emprego todos ficarão melhor servidos. Primeiro serão os jovens e não só, que se empregarão com utilidade. Segundo serão as famílias que se aliviarão com os filhos desocupados”



Pedro Ribeiro

Literacia fiscal: da complexidade à perceção nacional

A falta de literacia fiscal traduz-se em custos elevados, não só para o contribuinte, como também para o próprio Estado, devido à influência que a literacia exerce sobre a capacidade da economia criar riqueza. Em concreto, as pessoas informadas são menos propensas a incorrer em riscos, designadamente riscos financeiros e fiscais, os quais acarretam custos

O objetivo desta reflexão crítica prende-se com o necessário e urgente estudo da literacia fiscal em Cabo Verde. Um estudo empírico com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento fiscal, isto é, de literacia fiscal, e de analisar o impacto deste nível no cumprimento das tarefas fiscais e na poupança fiscal. Aqui deve-se abordar a importância e a perceção fiscal que o contribuinte deveria possuir para uma melhor atuação perante situações fiscais com que se depara no seu quotidiano, em seu benefício. A educação é fundamental na formação do desenvolvimento natural do homem. Esta não só incute no cidadão conhecimentos, ideias e costumes, como lhe forma a sua própria personalidade. A educação deve ajudar a pessoa a desenvolver-se no seu todo, isto é, a desenvolver a inteligência, a sensibilidade, o sentido estético, a responsabilidade pessoal e a espiritualidade. No entanto, atualmente, no mundo globalizado e de conhecimento, a educação é tomada, na maior parte dos países, como o procedimento para criar compreensão mútua entre a diversidade de indivíduos. Pois esta é de extrema importância para o desenvolvimento da cidadania, da democracia, da sustentabilidade, da humanização e da manutenção da paz. Acima de tudo, a educação deve desenvolver o ser humano na sua dimensão social e cultural, contribuindo para uma cidadania consciente e ativa, num contexto de sociedade democrática. O processo educativo nunca termina, o conhecimento pode enriquecer-se com qualquer experiência. A educação torna-se fundamental numa sociedade democrática, no entanto a educação fiscal não é menos importante, uma vez que visa a conceção da consciência relativamente à reciprocidade de direitos e deveres entre o Estado e os cidadãos, destacando-se o pagamento de Tributo, e a criação de serviços públicos, como também a distribuição da carga fiscal. É dever do cidadão contribuinte pagar Tributo, e é seu direito saber da aplicação dos mesmos. Sem justiça e sem cidadania fiscal não existe democracia, desenvolvimento ou igualdade so-

cial. A cidadania é o livre exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais de um cidadão. E é um estatuto conferido a todos aqueles que são membros plenos de uma determinada comunidade. Ao fazer cumprir as suas obrigações, o cidadão faz com que o outro exerça também os seus direitos. Para exercer a cidadania é necessário ter consciência dos seus direitos e obrigações, e fazer o esforço para que sejam colocados em prática. A educação fiscal tem impacto no cumprimento fiscal no sentido de que transmite o dever cívico de pagar Tributo, e incute a moralidade e a ética na sociedade. No entanto, a literacia fiscal torna-se essencial, uma vez que o correto conhecimento e a correta interpretação da informação fiscal pode diminuir certas atitudes que imprimem o não cumprimento enraizado na sociedade. Atualmente, o cidadão contribuinte desempenha um papel bastante ativo nas tarefas fiscais que estão presentes no seu quotidiano, por outro lado, vários são os fatores que influenciam as suas decisões fiscais: fatores sociais ou psicológicos, religiosos ou económicos, podem desencadear no contribuinte o cumprimento ou incumprimento fiscal. O conhecimento e a interpretação correta da lei e das tarefas fiscais do cidadão, têm efeito no seu cumprimento. E estes elementos são de extrema importância, não só para a formação de um cidadão cumpridor das suas obrigações fiscais, como também para a edificação de uma comunidade mais conciliadora, isto é, onde existe justiça, igualdade social, bom ambiente entre o contribuinte e a DNRE, comodidades e bem-estares comuns, proporcionando o desenvolvimento dessa mesma sociedade, uma sociedade melhor, igualitária e humana, onde cada cidadão é conhecedor e, acima de tudo, responsável e cumpridor dos seus deveres, expondo à DNRE a realidade da capacidade de pagamento de Tributo. A educação fiscal é um meio de integração numa sociedade mais humana e igualitária. Esta tem a função de sensibilizar o cidadão para a função social do imposto, isto é, pagar o imposto para que

possa haver uma sociedade democrática e para o bem-estar de todos, incentivando o indivíduo ao pagamento de impostos e estimulando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. A aquisição de compreensão dos direitos e deveres da cidadania formam um cidadão não só consciente, como também sensível e responsável. Acima de tudo, deve dar-se especial enfoque à transmissão do dever do cumprimento das obrigações fiscais do contribuinte como do direito de saber para onde vão os impostos e para que servem. A fiscalidade é o conjunto de Tributo em vigor, e o conjunto de disposições legais destinadas a assegurar a possibilidade de, através destes, o tesouro público assumir a responsabilidade do pagamento das despesas a seu cargo. Entende-se por literacia fiscal a capacidade de o indivíduo compreender e interpretar o funcionamento geral do Tributo. É, também, composta pelo conjunto de competências e conhecimentos que permitem, ao indivíduo, tomar decisões mais conscientes e úteis no desempenho de diferentes tarefas que realiza no seu quotidiano, ou seja, existe literacia funcional se o indivíduo conseguir ler e escrever, mas, acima de tudo, se conseguir avaliar o que é lido para ele próprio, e conseguir usar essa capacidade adquirida para enfrentar situações que ocorrem no dia-a-dia do indivíduo. Para fazer face às suas obrigações fiscais o contribuinte deve, primeiramente, saber quais são essas obrigações, qual o prazo para as fazer cumprir, o que fazer para as cumprir, e qual o valor do pagamento do Tributo. A título de exemplo, para o indivíduo conseguir, preencher a sua declaração de imposto, necessita de saber como se determina o imposto, ou seja, precisa de saber o que constitui o rendimento a tributar, o que pode deduzir, a taxa a aplicar e os benefícios fiscais a que tem direito. Se os indivíduos têm capacidade para obter, processar e entender informação básica em fiscalidade, para tomar decisões fiscais apropriadas, têm literacia fiscal. A importância que se tem dado, em Cabo Verde, a este tipo de literacia tem

sido quase marginal. Nos EUA e na Europa (países nórdicos) onde se valoriza mais a importância da literacia fiscal na construção de um saber fundamental para uma sociedade desenvolvida. É importante dar-se valor à literacia fiscal, pois hoje, a qualquer momento, os indivíduos são inundados com informação fiscal nos jornais, nas televisões ou nas conversas em geral. E, portanto, é fundamental conhecer os termos fiscais e informar-se adequadamente para se agir e decidir da melhor forma. A literacia fiscal permite ao indivíduo ter conhecimento que o ajuda a ter capacidade de decisão fiscal mais correta, e com a devida consciência dos seus atos. Ao realizar decisões coerentes e informadas o indivíduo obterá mais benefícios para si próprio e, claramente, viverá em melhores condições de uma maneira geral. Isto é, obterá mais confiança na participação social e na vida democrática, mais capacidade de aceder a oportunidades de aprendizagem e mais oportunidades de conquistar empregos estáveis de salários mais elevados. São recursos a que as pessoas dão valor. O conhecimento fiscal está a tornar-se um elemento cada vez mais relevante e crucial, devido à inevitável economia global que caracteriza a sociedade contemporânea. Por um lado, através daquele conhecimento o indivíduo evolui socialmente, e contribui para a consequente evolução da sociedade em que está inserido, não só social, como também económica. Por outro, a falta de literacia fiscal traduz-se em custos elevados, não só para o contribuinte, como também para o próprio Estado, devido à influência que a literacia exerce sobre a capacidade da economia criar riqueza. Em concreto, as pessoas informadas são menos propensas a incorrer em riscos, designadamente riscos financeiros e fiscais, os quais acarretam custos. As pessoas devem denotar confiança em relação à DNRE, não desconfiança! E isto é absolutamente indispensável! A fiscalidade deve ser explicada! Nem a DNRE e nem o Contribuinte deve ficar calado. O essencial é trabalhar o pensamento crítico, sempre!



Querida Bomba

Na Assomada, mas também no Palácio da Achada de Santo António, na Capital, a pergunta do momento é se cenas como as fotos ilustram vão continuar a repetir-se, ou se o novo PAN, Austelino Correia, vai “xintar praça” na Assembleia Nacional. É que nos seus tempos de primeiro vice-presidente da AN, não poucas vezes, foi preciso ir procurá-lo na sua bomba de gasolina, na Assomada, para despachar assuntos do Parlamento. Pelas imagens, o velho hábito continua. Se calhar, agora em nome da “Presidência descentralizada”, a partir da Assomada, capital de Santiago Norte.



Exclusividade

Havendo uma residência oficial para o PAN, outra pergunta assomadense é se Austelino vai mudar-se com a respectiva “primeira dama” e filhos para a casa da Prainha, longe da sua querida bomba de gasolina?... Por enquanto, Austelino dá sinais de não querer largar o aconchego do seu lar na Assomada. Tanto assim que, com a sua eleição a PAN, levou todo o staff de segurança e veículos de função para o parque de estacionamento da sua residência e da bomba de combustível da qual é gerente. ZIG lembra que a função de PAN é a tempo inteiro, isto é, sem biscates nem negócios paralelos. E os assuntos parlamentares são despachados obrigatoriamente no Palácio da Achada de Santo António.

Agenda própria

Jorge Santos, o agora Ministro das Comunidades, continua igual a si próprio. Sempre a meter água. Antes mesmo de o Programa do Governo ser aprovado, pelo Parlamento, decidiu socializar a agenda do seu micro ministério. Ou será que este ministro caloiro tem uma agenda própria para as Comunidades, para a qual conta com a ajuda do seu mais que mentor, Jorge Carlos Fonseca?! É que este, na posse do Governo, fez saber que sempre defendeu um Ministério das Comunidades para Cabo Verde, revelação esta que deixou a Humanidade inteira de queixo no chão...



Conceptual

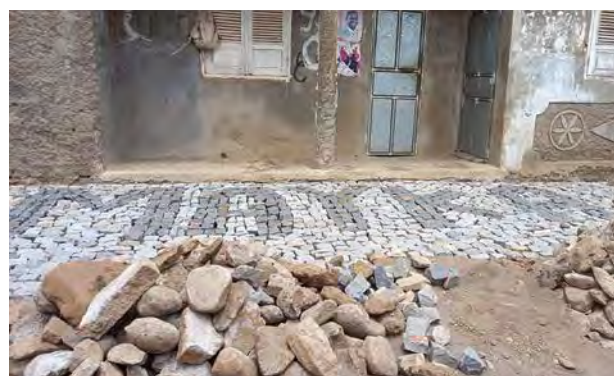
Ao contrário do falecido Júlio Herbert que levou mais de um ano a preparar o conceptual para a integração regional, Jorge Santos já tem soluções comunitárias para ninguém botar defeito. Consta até que a ideia do Jorge é ser um ministro muito próximo das Comunidades, e para isso espera poder passar mais parte do seu tempo na Diáspora do que no País. Coitados dos emigrantes. Coitados dos contribuintes.

Coboiada

A população de vários bairros da Praia vive, nos últimos meses, uma afronta sem limites. Antes mesmo do sol se pôr, começa a guerra de pedras entre grupos rivais, que muitas vezes terminam em facadas ou tiros. Os moradores honestos sentem-se prisioneiros enquanto bandidos, muitos deles menores de idade, fazem o que querem. Há bairros em que garotos de 12, 14 anos dão ordem para os adultos não saírem à rua depois das 19 horas. Quem conhece a situação diz que a causa disso é falta de autoridade.

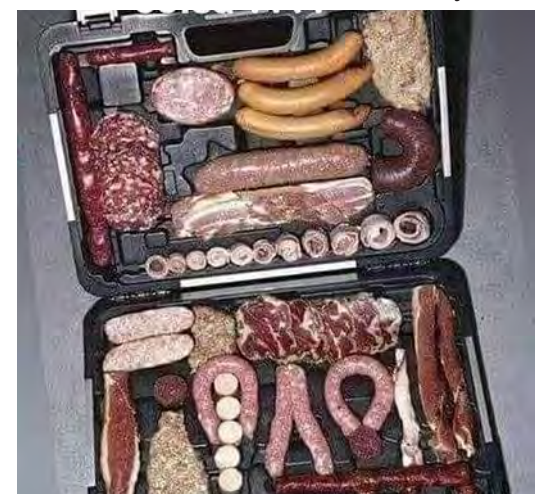
Marca Mayka

A nova equipa camarária do Tarrafal de Santiago quer deixar a sua marca na requalificação urbana das ruas do município, através de calçada artística. Porém, não se sabe se por criatividade do artista, ou por ordens superiores, que nestas coisas têm sempre imensa força, o artesão resolveu “lapidar” o nome do actual autarca no pavimento. E como a obra é pública e o artista é pago com o dinheiro dos contribuintes, vários tarrafalenses já querem ver os seus nomes também marcados nos passeios da cidade do Mangui. Afinal também eles pagam impostos e contribuem para o desenvolvimento do Tarrafal. Se calhar mais que o tal Mayka!



Encomenda lusa

Esta vai direitinha para os cabo-verdianos que pensam que fomos nós, Crioulos, que inventamos “incomenda d'terra”. Ou será que foram os portugueses que se inspiraram em nós para criar a sua “mala da saudade”? Como isto anda tudo ligado, às tantas, é tudo a mesma coisa... Na imagem só falta lugar para o vinho e o bagaço.





etelima
Group

Santo Antão
São Vicente
Santiago
Brava

Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Etc.

Rabelados de Espinho Branco

Come reexistir ao tempo

SOCIEDADE

Alto Bomba - São Vicente

Moradores reclamam soluções urgentes para os graves problemas do bairro



Alto Bomba é uma localidade periférica e contígua ao bairro do Monte Sossego, em São Vicente. Os próprios moradores resolveram arregaçar as mangas para melhorar as condições em que vivem. E par que tudo aconteça de forma mais rápida, esperam que os problemas do bairro sejam, finalmente, colocados na lista das urgências da Câmara Municipal, Electra e outras entidades.

Carlos Alves

Os moradores mais antigos do Alto Bomba contam que há registos de pessoas a morarem na zona desde a década de 1960. Contudo, foi a partir dos anos 1980 que se iniciou o crescimento mais acentuado da localidade, paredes meias com o Monte Sossego.

Na época, muitas eram as pessoas oriundas da ilha vizinha de Santo Antão que acabaram por se afixar na área

Origem do nome

A origem do nome Alto Bomba, segundo os moradores, começa nessa altura quando as crianças iam brincar no alto da colina, numa antiga instalação militar. Essas crianças brincavam nos canhões e, desde então, surgiu o nome Alto Bomba.

Hoje, Alto Bomba é uma zona em clara expansão, porém, não necessariamente da melhor for-

ma. Assim como outras áreas periféricas do Mindelo, a região apresenta problemas graves de cariz social e urbanístico, sobretudo com a proliferação de casas de lata.

Foi para identificar e ajudar na resolução desses e outros problemas que os moradores da zona criaram a Associação Comunitária Alto Bomba Unido, estimulados, principalmente, pelo arranque do projecto “Ou-



Jason Ferreira



tros Bairros” do Ministério das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação (MIO-TH), no âmbito da reabilitação urbana naquele bairro.

Esquecida durante anos pelas autoridades

Para Jason Ferreira, activista social e vice-presidente da associação, a localidade sempre foi considerada periférica, por isso, esquecida durante anos pela sociedade e pelas autoridades.

“Contudo, isso começou a mudar em 2019, com o lançamento do projecto ‘Outros Bairros’, que se propõe intervir em bairros informais em Cabo Verde”, destaca o jovem, que considera que a zona começa a chamar a atenção tanto dos sanvicentinos, como da comunicação social que lhe começa a dar espaço.

Proliferação de casas de tambor

Porém, o activista lembra que ainda persistem problemas como a proliferação das casas de tambor.

“Há pessoas a viver nas casas de tambor há mais de dez anos sem legalizar o terreno, à espera de uma decisão da Câmara Municipal”, alerta.

“Vejo que os moradores se transformaram em resistentes e a tomarem as suas decisões, ao invés de ficarem à espera da Câmara. Nós mesmos é que temos que correr atrás do que queremos, pois, as autoridades nunca deram a devida atenção às nossas causas, como o urbanismo, água canalizada ou saneamento.

Questões que agora vêm à tona, devido ao crescimento da zona, que nem sempre é ordenado”, acrescenta.

Associação comunitária implementa projectos

Para os moradores, a criação da associação é uma forma de lutarem por aquilo que consideram justo, com vista a superarem os problemas sociais, através das mais variadas actividades. Sobre tudo as desportivas, recreativas, culturais e formativas, com foco nas crianças e jovens.

O nosso entrevistado explica que todos os moradores têm um lugar na associação para exporem as suas opiniões e posições, e, dessa forma, abrir um espaço de diálogo onde os residentes possam “vislumbrar o melhor para o bairro”.

Embora a associação seja relativamente nova, ela já deu andamento a alguns projectos na comunidade. Um deles foi a campanha de castração de cães abandonados, realizada há poucos dias em parceria com a associação de protecção dos animais, Si Ma Bo.

Uma outra iniciativa, esta infanto-juvenil, foi assinalar o dia do livro, em Abril passado, com a realização de uma biblioteca comunitária. Além da leitura, os jovens trocaram experiências, fizeram jogos didácticos e participaram em concursos de desenho e de poesia.

Em Março, aconteceu o projecto Kubaka, que juntou oito ‘rappers’ do Alto Bomba através do programa de Residência Criativa do Hip-Hop, promovido pela Iniciativa “Outros Bairros”, em cola-

boração com os produtores como o DJ Letra e o Revan com a curadoria do sociólogo, Redy Lima.

Reflexão sobre problemas sociais

Este projecto possibilitou a criação de um espaço de reflexão sobre as questões sociais e urbanas da ilha de São Vicente. Além disso, foram produzidos oito temas musicais, integrados num trabalho artístico social e “politicamente engajado”.

Para Jason Ferreira, esse tipo de iniciativas, além de mostrar “de forma nua e crua” os problemas sociais vividos no bairro, serve, igualmente, para chamar a atenção para a importância do planeamento urbanístico e do saneamento para a construção e desenvolvimento de futuros bairros em outros pontos do país.

Com vários projectos ainda em carteira, o objectivo imediato da associação dos moradores do Alto Bomba passa pela criação de uma sede própria para dar continuidade ao apoio à comunidade e o desenvolvimento de projectos sociais.

“Neste momento, ocupamos uma sentina (fontanário) que está abandonada há mais de quatro anos. É nesse local que fazemos as nossas actividades”, conta o activista.

“Enviámos uma carta à Câmara Municipal a pedir a cedência daquele espaço público para podermos continuar a desenvolver as nossas actividades com as crianças e os jovens da zona. Estamos aguardando uma resposta da edilidade”, conclui Jason Ferreira.

Vox Populi

O que mais faz falta em Alto Bomba?

A NAÇÃO quis saber junto dos residentes no bairro quais os principais constrangimentos encontrados. A falta de água, saneamento básico e iluminação pública foram os principais problemas apontados.



Mário Jorge do Santos Brito,
39 anos, lavador de carros

“O que mais sinto falta é da ligação de água e de esgoto. Tenho uma ligação feita numa fossa séptica que eu mesmo construí.

Além disso, temos a questão da falta de passeios nas estradas o que é perigoso para os transeuntes, principalmente, para as crianças”.



Jenifer Santos Soares,
41 anos, desempregada

“Com certeza o que nos faz mais falta é a água e o esgoto que não temos o que nos dificulta a higienização e limpeza do bairro.

Lá onde moro temos falta de iluminação pública o que também nos traz problemas relacionados com a segurança e “cassubody”, sobretudo à noite.

Inclusive, os bandidos já tentaram entrar na minha casa, pois, encontrei pequenos ferros introduzidos na fechadura da porta”.

ECONOMIA

Ilha do Fogo

Jovem licenciada cria “Butiki d’Pêxi”



Vânia de Pina, originária de São Filipe (na Ilha do Fogo), licenciada em Relações Públicas e Secretariado-Executivo, criou o seu próprio negócio, com a instalação de um espaço de comercialização de peixe e produtos similares, baptizado de “Butiki d’Pêxi”, como forma de fintar o desemprego.

A Redacção

Ciente de que vive “numa ilha que não tem muita saída de emprego para jovens recém-licenciados”, Vânia de Pina acatou o conselho dado por próximos e amigos, como uma oportunidade para criar o seu próprio negócio, “ter um rendimento e garantir emprego para outras pessoas”.

Concluindo a Formação Superior, em Relações Públicas e Secretariado-Executivo, regressou à Ilha do Fogo, onde

fez um Estágio Profissional, no Centro de Emprego e Formação Profissional. No decorrer do Estágio, teve conhecimento que, a nível do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), existia e existe o Programa “Jovem Emprego”.

“Frequentei a formação GERME que se baseia-se em GIN (Gerir Ideia de Negócios) e PIN (Planear Ideia de Negócios). De seguida, abracei o convite de um dos formadores, para criar

o meu próprio negócio, já que, no quadro do Programa ‘Jovem Emprego’, havia a possibilidade de atribuir ‘kits’ de auto-emprego, para montar o meu próprio negócio”, revelou ao A NAÇÃO, Vânia de Pina.

Ainda ela, a ideia inicial era montar um negócio na área da Agricultura, mas, não dispondo de terreno e nem de condições de adquiri-lo, “devido ao elevado custo”, mas, também, à dificuldade de água, desistiu desta ideia,



Vânia de Pina



por ser muito mais complicada. Focada no seu objective, De Pina fez a prospeção do Mercado, com o intuito de identificar as potencialidades e necessidades de “um Sector viável, economicamente”, surgindo, assim, a ideia de montar o negócio na Área de Peixaria. “Como não havia um espaço para a aquisição de peixe preparado, conservado, cortado em forma de filete e bife, ou, até mesmo, pronto para levar para casa, sobretudo para as pessoas que trabalham e que não dispunham de muito tempo, agarrei esta ideia de negócio”, explica Vânia de Pina.

Concurso de Empreendedorismo

Escolhido “o Modelo dde Negócio”, o mesmo foi encaminhado ao Programa “Jovem Emprego”, coincidindo, na altura, com o Concurso Nacional de Empreendedorismo, através de “Startup Challenge”, que então decorria. “Deixei o Projecto ligado ao Centro de Emprego e concorri ao Empreendedorismo. Num universo de quase 300 participantes, passei pelas várias etapas, e, fiquei entre os três pri-

meiros classificados”, remarca De Pina. A sua ideia “foi considerada viável”, mas tinha de “a inovar e escolher um nome mais criativo”. É assim que surge “Butiki d’Pêxi,” que é uma empresa de revenda de peixe, mariscos, materiais de pescas e comercialização de legumes, hortaliças, tempêros diversos e demais complementos à volta da fileira do peixe. E justifica: “Só com um tipo de produto, o negócio não seria muito viável”. Para instalar, “com sucesso”, o negócio, contou com os apoios do Governo, da Pró-Empresa, Emprego Jovem, BIC (que é uma Empresa de Incubação de Pequenos Negócios), “que foi quem promoveu o já citado Concurso Nacional”, em parceria com o Programa “Jovem Emprego”. “A Empresa de Incubação acompanhou-me, durante um ano, para implementar o negócio, desde a legalização da Iniciativa junto das Finanças e do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), mas, também, da Pró-Empresa, que me apoiou a obter financiamento, junto das instituições de crédito”, destaca De Pina.

No antigo Mercado de Peixe...

Com a “Butiki d’Pêxi” constituída, legalizada e com o financiamento garantido, faltava o “quase essencial”: o espaço físico. Vânia de Pina foi à luta e procurou a Câmara Municipal de São Filipe, que lhe “cedeu, por arrendamento, as instalações do antigo Mercado de Peixe”. Como o espaço estava abandonado, foi a própria Câmara a melhorar e a adaptar-se ao seu Projecto, “de modo a dar vida a este lugar emblemático” da Cidade de São Filipe, construído na década de 1950 e reabilitado, recentemente, com o financiamento da Embaixada dos Estados Unidos da América, em Cabo Verde. “Inicialmente, o objectivo era vender peixes, materiais de pesca, legumes, hortaliças e tempêros vários. Entretanto, a actual Câmara renovou o processo de arrendamento, mas, com a condição de funcionar, exclusivamente, como Peixaria...sem as outras vertentes”, frisa De Pina. No começo – prossegue -, “por ser algo novo, todos queriam conhecer e comprar peixe

na nossa “Butiki...”, mas, presentemente, com a limitação imposta nova Câmara”, a jovem empreendedora tem tido “algumas dificuldades”, uma vez que, “há vendedeiras de peixes nas ruas da Cidade”. E lamenta: “O espaço de venda de peixe do Mercado Municipal não está a ser utilizado, registando-se, talvez por isso, muita venda venda nas ruas”. **Salvação** O que tem salvado o negócio de Vânia de Pina, presentemente, “são os pedidos de peixes cozidos, grelhados, fritos, filetes e embalados”. Malgrado não temer a concorrência das peixeiras (que “vendem nas ruas!”), De Pina está “preocupada com a actual desorganização”, lembrando que “o peixe comercializado nas ruas, às vezes, não tem a qualidade de conservação requerida”, já que o produto fica exposto ao sol e às moscas, pelo que, as condições de obtenção não são as melhores. “Ao criar ‘Butiki d’Pêxi’, a minha ideia foi a de fazer diferente: ter peixe bem tratado, conservado a frio, limpo e cortado, fazendo aquilo que as ou-

tras pessoas não estão a fazer. A essência é melhorar a qualidade do peixe, que chega aos consumidores, de forma saudável”, afirma. Apelo? “Aos potenciais clientes/consumidores, peço-lhe que apostem num produto saudável, com mais e maior qualidade, e bem conservado”, responde, suplicando às autoridades que “me concedam autorização para a venda de outros produtos, como, alias, foi desenhado inicialmente”. No entendimento de Vânia de Pina, “o espaço é grande, dispondo de condições para, juntamente com o peixe, venda outros produtos. E ajunta: “Ainda que não sejam produtos frescos, para não entrar em choque com as vendedeiras do Mercado Municipal, mas, a venda de géneros preparados e congelados, de modo a que o negócio seja viável, rentável e sirva, com qualidade, os consumidores de São Filipe e da Ilha do Fogo no seu todo”, concluindo que, “nesse momento, devido às diversas dificuldades, só asseguro um emprego – além de mim! -, mas, noutras condições poderia aumentar o número de postos de trabalho”.

SOCIEDADE

Radicado em Inglaterra, Artista Plástico Lito Silva em exclusivo ao A NAÇÃO

“Cabo Verde está sempre presente na minha Arte”



DIÁSPORA

A NAÇÃO - Vive da Arte?

Lito Silva - A Arte vive dentro de mim. Por essa razão, tento viver com a Arte. Valorizo muito o meu trabalho e vivo dele. Porém, a minha intenção primária é a de partilhar a minha criação com as pessoas da minha Terra e do Mundo fora.

O que pinta?

Pinto a minha experiência e vivência de momentos marcantes, inesquecíveis, únicos e ricos que vivi - na minha infância e não só!. Também pinto a nossa realidade actual, a nossa Cultura e a nossas Tradição. Portanto, Cabo Verde está sempre presente, não só na minha Arte, mas, também, no meu coração.

Quem o influenciou?

Boa pergunta (Risos...). Sempre corri atrás de algo... à procura de me encontrar comigo mesmo, tendo admirado diversos mestres da Pintura, não só em Cabo Verde, mas no Mundo em geral. Durante essa caminhada, descobri que, na verdade, a minha maior influência na Arte vem, também, do Mestre de todos os mestres, do Criador de todas as coisas, a Quem admiro e sou

Nasceu em Portugal, cresceu em Cabo Verde e vive na Inglaterra – a Terra de Sua Magestade, a Rainha Isabel II -, para onde foi “à procura de um tesouro”. Influenciado por vários mestres crioulos e globais, não se amarra muito ao estilo. Porém, adora o “Expressionismo”, pois, é “um contador de histórias”, que carrega muitos sentimentos, transmite saudades, expressando o que lhe vem na alma. E dá uma garantia: “Cabo Verde está sempre presente na minha Arte”.

Alexandre Semedo

grato e honrado pelo dom que me deu: Deus.

Estilo?

Qual o seu estilo?

Não me amarro muito a isso. Se é Impressionismo ou Realismo, não me preocupa. Apesar de muito admirar o Impressionismo e sendo, para mim, uma das melhores e mais desafiantes técnicas de Pintura, sou, talvez, mais um “expressionista”. Sou um contador de histórias, que carregam muitos sentimentos e transmitem saudades nostálgicas a quem se identifica com elas, expressando o que me vem a alma, através da Pintura, da Música e da Poesia.

Para Si, o que é o Impressionismo, em linguagem chã?

Vejo o Impressionismo como uma linguagem e uma forma de expressar na Arte. É uma ideia ou tema, usando traços e pinceladas, com marcas próprias do artista, através de cores primárias, realçando a luz e a claridade das cores, transmitindo, simplesmente, uma impressão do real.

Que dicas e conselhos dá a um principiante nas Artes Plásticas?

Ainda como um mero aprendiz, não que diz respeito ao Impressionismo, para um iniciante nas Artes, aconselharia, sem querer entrar em detalhes técnicos, que a prática diária do Desenho é a base fundamental

da Pintura, sendo o Impressionismo - como outro Estilo qualquer! -, para deixarem fluir, sem pressas, os seus sentimentos e vivências. Para irem aprendendo, com os mais experientes, sem perderem a sua essência, caminharem ao encontro da sua autenticidade e do seu Melhor dizendo: irem em busca do seu estilo próprio.

Drible à COVID-19

Como tem driblado e esquivado a Pandemia de COVID-19?

Na incerteza do presente e do nosso futuro individual e colectivo, no que cabe a essa profissão, mas, acreditando e torcendo pela equipa do Positivismo, aproveitei esse tempo em que o Mundo se en-

contra, para me reflectir e acreditar, com Fé em Deus, que dias melhores hão de vir.

A COVID-19 condicionou ou potenciou as suas actividades?

De certa forma, todas as áreas e iniciativas foram afectadas. Umas mais do que outras. Para mim, em termos de produção, tentei não me deixar levar muito pelo espírito do medo e de desânimo. Muito pelo contrário: tive, ainda, mais vontade e sede de criar, para que pudesse, de uma forma ou de outra, trazer e levar alegria à casa das pessoas, mesmo que fosse de uma forma virtual, criando vídeos sobre os meus trabalhos, e partilhando, “online”, devido às limitações para compras de materiais de Pintura.

Sonho de criança

Sempre sonhou (em criança!!!) ser Artista Plástico?

Mais uma boa pergunta! (Risos...). Quando criança, ainda aos três anos, lembro-me, de vez em quando, fazer companhia ao meu pai, no trabalho. No meio de tantas canetas e papéis ao meu redor, tudo o que me resta-

Lito Silva compartilha seu sonho com A NAÇÃO

“Aprender sempre e sempre mais, em cada dia que passa”

Flávio Silva, conhecido no meio artístico, por Lito Silva, nasceu em Lisboa (Capital de Portugal), em 1979. Os pais trouxeram-no para Cabo Verde, aos seis meses de idade. Viveu no Arquipélago até aos 21 anos, altura em que rumou para Londres, onde vive e trabalha.

Em 2009, pela primeira vez, experimenta a Pintura, “somente para ocupar o tempo livre”, quando se surpreende, a si próprio, “com excelentes peças de Arte”. Foi, então, encorajado pelos familiares e amigos a continuar.

No Reino Unido, participou no “Amazing Africa”, um Festival Cultural Africano, realizado no Centro de Londres.

O seu trabalho já foi exposto, também,

em Londres, no “Royal Commonwealth Society” (RCS), onde foi “muito apreciado e com grande aceitação, pela técnica, tema e pelas cores quentes e fortes” de África.

Durante essa Exposição foi convidado, juntamente com outros artistas, a tomar parte numa cerimónia realizada pela “Commonwealth”, prestigiadas, entre outras, pela Sua Magestade, a Rainha da Inglaterra e o seu Marido, o recentemente falecido, Príncipe Filipe, Duque de Edimburgo.

“Durante as exposições que fiz em Londres, os meus trabalhos inspiraram a escritora e poetisa inglesa, Maria Straw Cinar, que ficou encantada com as histórias que cada pintura contava sobre a Cultura Cabo-Verdiana, escrevendo um livro de poesia, intitulado: “Afeto”, nome esse

que já tinha sido atribuído a uma das minhas primeiras obras”, revela Lito Silva, ao A NAÇÃO.

Hoje, Lito Silva reparte a sua vida entre a Pintura e a Família, sustentando-se “um apaixonado contador de histórias, de momentos marcantes e únicos, vividos na sua infância”, onde, “através de cores quentes e fortes do quotidiano e da realidade cabo-verdiana, de uma forma nostálgica”, vai expressando a sua Arte, com Pintura, Música e Poesia.

Qual o seu maior sonho? “Aprender sempre e sempre mais, em cada dia que passa, com os grandes mestres da Arte, viajando pelos quatro cantos do Mundo, para me inspirar e transmitir a minha Arte”, responde, a modos de conclusão, sem titubear.

AS



va era papel e caneta... Ouvia sempre comentários, de que eu não desenhava pessoas com mãos e pés de galinha... Enfim!, desenhar foi sempre o meu grande passa-tempo e desafio, em casa, e entre eu e os meus irmãos. A nossa Mãe, professora na altura, participava, também, dos concursos caseiros, entre nós...

Mas, ainda, não respondeu à nossa pergunta: sempre sonhou ser artista?

Só sei dizer que, desde muito pequeno, sempre sonhava e acreditava genuína e ingenuamente que, quando crescesse, teria o poder de tornar real tudo o que desenhasse.

Lembra do primeiro Quadro que pintou?

Sim!, lembro-me, perfeitamente; foi por aí, que as coisas começaram...

O que retratava?

Estando eu, de férias, em Lisboa (Portugal), inspirei-me no talento de um grande músico cabo-verdiano e amigo da infância: o Miroca Paris.

Qual foi a reacção dele?

Ao lhe oferecer o quadro, ele disse-me, logo, que tinha gostado e que eu o poderia expor no Restaurante do tio dele, onde vários artistas já teriam expostos os seus trabalhos. Tive, então, a inspiração para pintar dez quadros, do meu primeiro tema de exposição...

Teve nome?

Sim. Foi intitulado: “Nha África” e esteve patente na antiga Casa da Morna, onde fui muito bem recebido

do e a minha Arte muito apreciada. Tive, então, a felicidade de conhecer o grande artista plástico e uma grande pessoa: o Sidney Cerqueira que, sem antes me ter conhecido, ofereceu-se logo a ajudar-me a montar a minha primeira Exposição. Além do Cerqueira, outros grandes artistas da Música, também prestigiaram o evento, quais sejam: os nossos grandes Tito Paris, Dani Silva, Leonelo Almeida, Rui Veloso, entre diversos outros. Foi assim que comecei, “gatinhando”, no Mundo das Artes.

Incentivos

Teve incentivos no começo do seu “gatinhar”?

Tive muita ajuda da minha querida Mãe, da minha namorada - na altura! -, que, hoje, é a minha esposa, da Dna Bei Brito, da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa (Portugal), que muito fez para me ajudar no início da minha carreira. Graças à Embaixada, logo quando comecei a pintar, oficialmente, tive a oportunidade de participar no Festival Mundial das Artes Plásticas – a “Art Algarve” -, em 2010, organizada pela Alemanha, onde participaram mais de cem artistas, de diferentes partes do Mundo, estando expostos mais de 700 obras. Surpreendente e inesperadamente, fiquei em terceiro lugar.

Que sentimentos guarda desse evento?

Foi um privilégio e uma grande honra representar Cabo Verde, conjuntamente com os grandes artistas e mestres da Pintura Cabo-Ver-

diana, designadamente: os irmãos Levy Lima, Abraão Vicente, Aires Melo, entre outros, além de ter o privilégio de conhecer, pessoalmente, o grande Tutú Sousa.

Integração

Está convenientemente integrado na Sociedade Inglesa?

Estou, naturalmente. Já cá vivo há mais de 20 anos e a Sociedade Inglesa, pelo menos, aqui em Londres, onde eu vivo, a Comunidade é muito racialmente diversificada. Por isso, sinto-me, simplesmente, como um cidadão comum, que respeita o próximo e dá “Good Morning!” (“Bom dia!”), a todos.

Como é exercer a sua Profissão na Terra de Sua Magestade, a Rainha Isabel II?

É sempre uma luta!...como em qualquer outra parte do Mundo. No que diz respeito à minha Arte, sempre foi bem recebida e apreciada, não só pelos africanos residentes aqui, mas, também, pelos ingleses.

Como é que um artista cabo-verdiano é visto, apreciado e/ou excluído?

Para aqueles que, porventura, não conhecem ou nunca ouviram falar da nossa Cultura, sentem algo de diferente ao presenciarem uma exibição, incluindo dos meus trabalhos. Por exemplo: quando os ingleses e outros europeus ouvem a Música “Sodadi”, dançam e alegram-se, mas não entendem a linguagem. Aliás, muitos são os que até desconhecem as nossas origens.

“A situação está muito difícil”

Tem acompanhado e falado com os colegas em Cabo Verde?

Tenho sim. Principalmente, com os da Música...

Porquê Música?

Recentemente, é o que me tem inspirado a começar um novo Projecto, que irá mostrar a importância da Arte Musical na Cultura de um Povo, de uma Nação, assim como, o impacto negativo que a ausência da mesma traz ao interior da alma das pessoas.

O que sabe do actual Momento Cultural no Arquipélago?

Sei que a situação está muito difícil e que algo deverá ser feito, com vista a resolver este delicado momento das nossas vidas. A nossa Nação dispõe de uma Cultura riquíssima, recheada de dons-natos, que devem ser ajudados - de uma forma ou de outra! -, para poderem, pelo menos, ter o pão de cada dia e a arcar com as suas reponsabilidades, na maior parte, familiares. Uma Nação saudável precisa de várias especialidades e modalidades importantes, e, uma delas, é a Arte no geral.

Na sua avaliação, o que está faltando?

Reconhecer e valorizar mais a Arte e os seu criadores, investindo em concursos, eventos diversos, cursos, incentivos, realizações de “workshops” - entre artistas das várias ilhas e dos que estão na Diáspora! -, de modo a a haver oportunidades para o nascimento e emergência de novos talentos e cimentação dos já existentes.

“Em busca de um tesouro...”

Tem em Agenda alguns projectos para Cabo Verde?

Ainda não! Mas, quando a situação melhorar, irei, se Deus quiser, com todo o prazer e muito orgulho, apresentar e expor o meu trabalho.

O que o levou a deixar Cabo Verde?

Saí da minha Terra, à procura de um tesouro que, sem eu saber, se encontrava debaixo dos meus calçados. Fui parar à Inglaterra, onde os da minha Terra nos dedos eram contados. Fiz paz com o Mundo lá fora, mas, cá dentro, sempre houve uma guerra...

Como assim?

Concluí que o tesouro que tanto procurava, estava na minha Terra, o torrão onde eu cresci. Felizmente, hoje, tenho paz, pois, descobri que carrego o verdadeiro tesouro dentro de mim, no coração, na alma e na mente. Se não fosse assim, hoje não seria quem eu sou...

E quem é?

Um apaixonado contador de histórias, através da Arte, pintando, compondo e escrevendo.

Para remate de conversa, que mensagem deixa aos Patrícios no Arquipélago e espalhados por esta ossa Aldeia Global?

Ama ao próximo, assim como amas a ti mesmo. Essa é a mensagem que tenho para todos, porque acredito que o amor e a alma são o sucesso de tudo.



SOCIEDADE

Rabelados de Espinho Branco

Uma tradição a caminho da extinção



REPORTAGEM

A localidade da Achada Espinho Branco, no concelho de São Miguel, ilha de Santiago, abriga a maior comunidade de Rabelados que ainda resistem e sobrevivem aos tempos de hoje. Com a morte dos “mais velhos”, o líder José Carlos Tavares e alguns artistas plásticos temem que as tradições acabem por desaparecer. Com a pandemia da covid-19 o risco agravou-se.

Anícia Veiga

Situado a 5 km da Cidade da Calheta, com uma população aproximada de mil habitantes, a localidade Espinho Branco é conhecida pela Comunidade de Rabelados que alberga há várias décadas. Os rabelados são um grupo que no passado (colonial) se recusou a aceitar os novos ensinamentos da Igreja Católica, passando a viver em auto-exclusão (ver caixa).

Jovens não querem seguir as tradições

Hoje o quadro mudou. Os jovens aceitam o batismo e o casamento católicos, constroem

habitações de bloco cimento ao invés do tradicional funco de palha, procuram cuidados médicos e frequentam o sistema de ensino. Ainda que raros, alguns chegam até a obter formação superior, levando uma vida que já nada tem a ver com a dos pais e avós.

Com todas estas novidades,

o líder dos rabelados de Espinho Branco, José Carlos Tavares, mais conhecido por Tó, e alguns artistas plásticos, aqui representados por João Batista, conhecido por Fico, temem que as tradições venham a perder-se também.

Como diz, a comunidade assiste e absorve influências ex-

ternas, que, pouco a pouco, vai abraçando, pondo de lado velhas tradições. Com isso, lamenta, “estamos a assistir a uma perda das nossas tradições. Alguns até já demoliram os seus funcos para fazerem casas de blocos e não temos como contrariar essa tendência”.

Fico é um artista plástico

que neste momento da covid-19, com a falta de turistas para vender as suas obras, viu-se obrigado a procurar trabalho na Calheta. Também ele teme a perda das antigas tradições. “O primeiro sinal são os funcos estão a ser demolidos para dar lugar a casas de blocos de cimento”, aponta.

Este artista reconhece que, com a falta de chuva, praticamente deixou de haver material para a confecção e construção de funcos. Isto é, a palha de cana usada outrora na construção de habitações é canalizada para a alimentação dos animais.

Ao A NAÇÃO, José Carlos Ta-



Covid-19

Ausência de turistas ameaça sustentabilidade dos Rebelados

A criminalidade e a alta taxa de jovens fora do sistema de ensino são alguns dos problemas diagnosticados pela ACF, conforme Joaquim Ramos. “O bairro de Fonton – e quem diz Fonton diz também Fundo Cobon e Casa Lata - é um bairro em crescimento, o que implica necessariamente em algum nível de pobreza e muitas famílias sem rendimento”, começa por contextualizar.

Por consequência, há um alto número de jovens fora do sistema escolar, nomeadamente o ensino secundário e superior. Neste sentido, “a associação tem estado a trabalhar para ajudar os jovens a ingressarem-se em formações profissionais e mesmo do ensino superior”, diz Joaquim Ramos.

A criminalidade é outra questão aguda, uma situação que, na visão do entrevistado do A NAÇÃO, deriva de diversas factores, mas principalmente da pobreza e do abandono escolar.

“Nós temos uma excelente parceria com a Esquadra do Palmarejo, na pessoa do seu comandante, e sempre que identificamos algum tipo de ilícito na comunidade é imediatamente comunicado”, explica, apontando a deficiente iluminação pública como um dos factores que favorecem a criminalidade.

Ainda no âmbito desta parceria, um outro projecto, que envolve as escolas de condução Moderna e Segura, já ofereceu quatro cartas de condução, completas, para quatro jovens da comunidade, enquanto vector de oportunidade, mudança e prevenção criminal.

Desde 1997 que os Rabelados de Espinho Branco vivem das suas artes, nomeadamente pintura e artesanato. Com a ajuda e a orienta-

ção da artista plástica Mizá, criou-se o espaço Rabelart, onde os criadores da comunidade expõem e vendem o seu trabalho aos turistas que a visitavam, mas agora, com a pandemia, isso praticamente acabou.

“Antes podíamos viver da nossa arte”, recorda Fico, nostálgico, e que agora, para sobreviver, dirige-se diariamente à Calheta para trabalhar na requalificação da orla marítima da cidade em trabalho da Câmara.

José Carlos Tavares também recorda, saudoso, o tempo antes pré-pandemia. “Tínhamos contactos com turistas, que compravam os trabalhos feitos pelos nossos artesões, com isso vários de nós conseguiam satisfazer as suas necessidades; agora, com esta crise, essa fonte de rendimento secou. Isto está a causar grandes problemas às famílias que, desde 1997, sobreviviam à base da venda das suas artes”.

Segundo João Batista, Fico, neste momento, o sustento das famílias provém da extração dos inertes, e de um trabalho ou outro trabalho da Câmara Municipal, mas há cerca de três meses que não recebem o salário.

Necessidades

Por ser uma comunidade que vive, ainda hoje, um quanto à parte do resto da sociedade, muitas das necessidades dos moradores de Espinho Branco passam despercebidas.

No entanto, Tavares assegura que as suas necessidades são as mesmas de que qualquer outra comunidade. “Actualmente o maior problema se prende com a falta de água, mas

também à falta de trabalho”, indica.

Fico, por seu turno, aponta a falta de recursos para manter as crianças na escola, particularmente por causa da aquisição de materiais didáticos. “Com a falta de trabalho é na extração de inertes que muitas mulheres retiram o sustento para si e para garantir a educação dos filhos. Também há quem tenha necessidade de assistência no que diz respeito a alimentação”, conclui.

Apoio durante pandemia

Durante o período em que vigorou o estado de emergência em Cabo Verde, o centro de Fonton fez parte do movimento nacional das associações comunitárias que estiveram engajadas em ajudar famílias e pessoas em situação vulnerável. Segundo Joaquim Ramos, foram cerca de 500 beneficiados com cestas básicas, identificados através de um diagnóstico no terreno, levado a cabo pelos seus voluntários.

Aos jovens da zona que querem fazer trabalho voluntário, o vice-presidente da ACF diz que a organização está “de braços abertos para recebê-los”, de forma a cativá-los e motivá-los a melhorar a qualidade de vida de crianças, jovens e idosos.

“É extremamente importante fazer trabalho de voluntariado porque ele tem os seus frutos. Não há uma retribuição económica, mas há retribuição a nível social. Cada um dos membros da associação tem estado a crescer com as oportunidades que advém de outras situações”, garante. AV

Nho Didoi pede ajuda para fazer tratamento em Dakar

Carlinhos Mendes Correia, mais conhecido por Nho Didoi, da comunidade dos Rebelados de Espinho Branco, sofre de “problemas de coração” há mais de um ano e pede ajuda para ir a Dakar, Senegal, tratar-se.

Conforme conta, o diagnóstico médico indica que ele tem veias do coração obstruídas e, apesar das consultas recorrentes, ainda não viu o problema resolvido. Tendo em conta o alto preço dos medicamentos, Didoi relata que já chegou a pedir apoio, junto da Câmara de São Miguel, mas sem sucesso. “Não procurei ajuda em outros lugares porque não sei aonde ir”, diz desconsolado.

Aos 45 anos, com muitas dores, ao ponto de não conseguir dormir, Didoi busca apoio para ir a Dakar, onde acredita que o seu problema poderá ser solucionado. “Há mais de um ano que estou parado e nada consigo fazer”, lamenta este chefe de família.

Segundo conta, os medicamentos de que ne-

cessita são bastantes caros e chegam a durar de dois a três meses... “Como não posso passar sem eles, sempre que estão a terminar tenho de ir à Praia para fazer uma nova consulta a fim de obter mais medicamentos”.

Didoi conta que lhe informaram que fora de Cabo Verde, “o doutor vai saber se é preciso operar, ou se vai resolver apesar com os medicamentos”, solução esta em que ele já “não bota fé”, porquanto há mais de um ano que vive à base dessa medicação, sem ver o seu sofrimento diminuir.

Nho Didoi diz que já chegou a ser observado por uma junta médica, mas que, mesmo assim, ninguém lhe soube dizer se vai ou não ser evacuado para o exterior. Por isso, através deste apelo através do A NAÇÃO, espera que alguém decida interceder por ele, ajudando-o, nomeadamente, a ir a Dakar a fim de recuperar a saúde e continuar a ser o provedor da sua família.

AV



vares confessa que não dispõe de nenhum plano ou programa para convencer os mais jovens a manterem a tradição e não abandonar os funcos nos quais nasceram e viveram largos anos da vida.

“Muitos artesões defendem que não devia ser feita casa de bloco, na comunidade, e que só deviam ser feitos funcos. Mas temos de ver para ambos os lados, os outros querem construir casas de bloco e nós não temos condições de ajuda-los como dantes, por isso mesmo, quem tiver condições e quiser avançar com construção de blocos não os podemos impedir”, justifica. ☺

Breve história do surgimento dos Rabelados

Os Rabelados são uma comunidade à parte, espalhada em várias zonas do interior de Santiago, a maioria em Espinho Branco, concelho de São Miguel.

Na sua origem está a recusa dos seus integrantes em aceitar as reformas na liturgia preconizadas pela igreja católica na década de 1940, o que os levou a isolarem-se do resto da sociedade, daí a origem de termo “rebelados”, no sentido de rebelde.

Perseguidos e humilhados, alguns dos seus chefes chegaram a ser presos e deportados para outras ilhas, nomeadamente Fogo e Maio. Parte regressou, outra não. Mais recentemente, surgiram no seu interior disputas de liderança e autoridade, com os jovens a afastarem-se, cada vez mais, dos velhos hábitos que levaram ao surgimento dos rebelados.

Hoje em dia, a comunidade de Espinho Branco dedica-se basicamente à pesca, criação de gado e artesanato. Actualmente, sobretudo os mais jovens, já frequentam escolas, aceitam cuidados de saúde, registam os filhos, que vão à escola... Mesmo em relação à igreja católica, o mal-entendido que parece ter estado na origem da auto-exclusão deixou de fazer sentido, o batismo e o matrimónio tornaram-se comuns, o que não acontecia no passado.



Câmara pretende melhorar condições de vida dos Rabelados

Albertino de Pina, vereador para a área do Planeamento Estratégico, Obras, Juventude, Cultura e Comunicação, afirma que a Câmara Municipal de São Miguel vai estar, esta quinta-feira, 03, num encontro com a comunidade dos Rabelados para apresentar alguns projectos para a melhoria de vida nessa localidade.

O plano engloba habitação, criação de um Centro Interpretativo e requalificação da aldeia dos Rabelados. Mas, como tratou de também frisar, “tudo deve ser feito em sintonia com os membros da comunidade,

para saber o que pensam e recolher seus contributos e ideias e saber se estão ou não de acordo”.

Em relação aos artistas da comunidade, Albertino de Pina reconhece que, de um modo geral, os homens e as mulheres de cultura vivem uma “época complicada” devido à falta de turismo, consequência da covid-19. Mas que, apesar disso, “do momento não existe da nossa parte nenhum plano especial para os artistas da comunidade dos rabelados, o plano é igual para todos os artistas do município”. AV



Albertino de Pina

Da biodiversidade, dita variedade de seres vivos

No Dia Internacional da Biodiversidade retomamos o tema, de que já falámos algumas vezes, chamando a atenção para o interesse e necessidade de preservar a diversidade dos seres vivos, animais e vegetais, pois, sem as outras espécies a humanidade não poderia viver, nem teria existido.

O património biológico – os seres vivos – são a nossa fonte alimentar, fornece as substâncias medicinais (a grande totalidade, que duraram séculos, depois foram identificados quimicamente e produzidos por empresas farmacêuticas), vestuário (peles, couro, algodão), energia (lenha, carvão, petróleo, ceras, resinas, gases)), materiais de construção, mobiliário (madeiras) e o prazer da companhia de animais domésticos.

Infelizmente, embora inicialmente o capitalismo se contentasse em crescer o suficiente, degenerou, a partir de 1970, por querer cada vez mais e mais, e passámos a viver em economia de consumo, de produzir em série produtos com pouca duração, seu consumo no máximo estimulado pela propaganda, a maior parte das vezes falsa, investindo-se essencialmente no lucro sem pensar na utilidade e duração dos objectos, levando ao esgotamento das matérias-primas, com produção de mui-

to desperdício e resíduos, os quais vêm comprometendo a capacidade de transformação e reciclagem natural dos resíduos, destruição dos ecossistemas, do meio ambiente e do ar que respiramos, levando também, pelo abuso das energias fósseis que produzem gases com efeito de estufa, ao aquecimento global com as suas consequências nefastas já bem conhecidas em vias de comprometerem a existência humana e de outros seres da Terra.

Os processos actuais de cultivo intensivo de plantas e de industrialização em modalidade de monocultura, levaram à utilização de um número limitado de plantas, tanto para a alimentação como para outros fins, e, consequentemente, à diminuição do número de espécies vegetais, com sérios prejuízos para a saúde humana e até de outros animais com o uso, por exemplo, de rações industriais a que se juntaram proteínas que levaram à chamada vacas loucas, cuja carne consumida por humanos provocou doença mortal cerebral, sempre na política comercial em busca de maiores lucros com a utilização intensiva da pecuária e sua industrialização limitada a bovinos, ovinos, suínos e caprinos complementada pela avicultura e piscicultura. Esses

animais são rigorosamente seleccionados, o que acarreta perdas genéticas e riscos incalculáveis de doenças, além do desaparecimento e extinção de algumas espécies, degradação da biodiversidade e a possibilidade de certas bactérias e vírus que utilizavam, pacifica ou danosamente, esses animais como hospedeiros, passarem a adaptar-se, por necessidade de sobrevivência, a outros animais, incluindo o homem, com efeitos catastróficos, como aconteceu com o coronavírus da pandemia actual, a Sida, Ébola e outras que aparecerão facilitados pelos danos já infligidos à Natureza.

Todas essas mudanças de comportamento visando o máximo de lucro com o consumo propagandeado e falsas informações pertenceu à chamada Revolução Verde, que teve a sua faceta positiva no aumento da produção alimentar para combate da fome, mas o seu abuso com a monocultura, a destruição de florestas substituídas por monoculturas para efeitos industriais e criação de gado, e selecção de animais, prejudicou fortemente a variedade de animais e plantas (biodiversidade) e a saúde humana com o abuso de pesticidas, antibióticos e hormonas que modificaram a qualidade dos terrenos destruindo germes e insectos indiscriminadamente e

se infiltraram nas toalhas freáticas, lagos e rios com consequências nefastas para todos os animais, além dos efeitos negativos das hormonas e antibióticos mal utilizados nos seres vivos.

A seguir à Revolução Verde veio a Revolução Biotecnológica, de que já falei noutros trabalhos sob o título de transgénicos, cujas consequências ainda não sabemos completamente, defendendo os seus promotores as suas virtudes no tocante ao seu valor no combate à fome, dado o aumento de produção e à possibilidade da introdução de genes que combatem pragas e aumentam a resistência à seca. Não se sabe se tais genes podem passar para as bactérias modificando ou aumentando o seu poder de provocar doenças. Através da biotecnologia pode-se, por técnicas de mutação química, produzir cereais com cerca de quarenta vezes mais glúten do que os cereais naturais. O glúten é constituído por duas proteínas (gluteína e gliadina) responsáveis por reacções de intolerância e alergia, de que já tratei ao falar da doença celíaca infantil. Uma das características do glúten é, após a transformação no fígado, transformar-se noutro produto que atravessa a barreira hematoencefálica (portanto, entra no sistema nervoso central) criando um efeito de



Arsénio Fermino de Pina*

prazer viciante estimulante do apetite. Quando a indústria alimentar descobriu isso, passou a introduzir glúten em toda a comida processada, o que explica porque a chamada comida de plástico (hamburgueses e outros alimentos processados) levam à obesidade. Em Portugal, um estudo de 2014 confirmou haver 1 milhão de obesos e 3,5 milhões de gordos, ou pré-obesos, resultado de maus hábitos alimentares desde a infância com consumo exagerado de refrigerantes, alimentos açucarados e excesso de gordura e sal.

A conclusão a tirar dos factos apontados é a necessidade urgente de favorecer a biodiversidade evitando a exploração super intensiva que leva à uniformização de culturas vegetais e animais acarretando a exaustão dos terrenos e a extinção de inúmeras espécies animais que comprometem o equilíbrio ecológico.

Parede, Maio de 2021

*Pediatra e sócio honorário da Adeco

É possível um homem amar uma mulher?

Desde os primórdios da humanidade o ser humano se acostumou a uma forma de viver, de pensar e de agir ligado a posse. A língua que utiliza no dia a dia, os bens que possui, os filhos, enfim, tudo que enforma a sua existência está, por assim dizer, fundamentado nessa forma de relação.

Como o ser humano vê tudo em função de posse, também vê a relação com a sua alma gêmea da mesma forma. Neste sentido, o marido chama a mulher de minha mulher e a mulher chama o marido de meu marido. Ou seja, meu e minha são pronomes possessivos. O problema surge exatamente aí, ao considerar o amor uma coisa na qual se pode obter como se fosse um objeto qualquer.

O amor não é um objeto na qual se

pode obter por um processo de aquisição sujeito-objeto. É uma qualidade sublime que se manifesta em todos os seres do universo, cada um à sua maneira. No ser humano, o amor tem características peculiares dificilmente traduzível pelas palavras que utilizamos. As palavras apenas dão conta das nossas pretensões amorosas, sem grandes fundamentos plausíveis. O que significa que na prática ao pronunciarmos a palavra amor ou então ao fazermos uma declaração de amor a uma pessoa, não significa que essa palavra esteja cheia daquilo que sentimos e pensamos na realidade. Se é difícil expressar o amor, e se é difícil saber o que é o amor, como é possível um homem amar uma mulher?

De uma forma abreviada, podemos

dizer que não é possível um homem amar uma mulher. Entendendo esta frase como uma relação sujeito-objeto. Ou seja, o homem toma a mulher como o objeto do seu amor e a mulher toma o homem como o objeto do seu amor. Nesta relação não existe amor, existe apenas uma relação de posse, na qual o homem procura apoderar-se da mulher e a mulher procura apoderar-se do homem. E isso não é amor, é outra coisa qualquer. Então, quais são as condições necessárias para que exista o amor entre um homem e uma mulher?

Em primeiro lugar, todo o amor começa por amor próprio, amar a nossa própria pessoa. É o amor mais efetivo e substancial que existe, por razões óbvias. O que significa que se um homem

quer entrar numa relação amorosa com uma mulher ou vice-versa, então deverá começar por amar a sua própria pessoa. Feito isso estará em condições de partilhar o seu amor com a mulher. Dito de outro modo, o homem ama a si próprio e a mulher ama a si própria e juntam-se para partilhar o amor.

A pergunta inicial que deu azo a esta reflexão deveria ser formulada da seguinte forma: é possível um homem partilhar o seu amor com uma mulher ou vice-versa? Não é fácil partilhar o amor. Primeiro, porque quem ama a si próprio sente-se confortável nessa situação. Gera-se uma espécie de auto-suficiência, na devida proporção humana. Segundo, porque é sempre arriscado confiar no outro, uma vez que os elementos que



Olímpio Tavares*

temos para estabelecer a nossa confiança são inseguros. Mas como o amor vive da insegurança e da incerteza, entre outros elementos, podemos arriscar e, neste caso, conseguir um bem ainda maior, que é a partilha do amor.

Se um indivíduo amar a si próprio já é bom. Se conseguir partilhar o amor com outra pessoa é excelente.

*Licenciado em Filosofia, pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa). Atualmente, leciona Filosofia na Escola Secundária “Olegário Tavares”, na vila de Achada do Monte (interior de Santiago)

Berlim procura reconciliar-se com o seu passado colonial em África

Alemanha reconhece genocídio na Namíbia



Sobreviventes do povo herero do genocídio cometido pelo Império Alemão. Os hereros, antigo povo de pastores, estão espalhados pelo Botswana e Namíbia, mas também parte de sul de Angola.

O Estado namibiano vai receber da Alemanha, nos próximos trinta anos, 1,1 bilhão de euros como compensação, por massacres cometidos por forças de ocupação desse país europeu no território do Sudoeste Africano, actual Namíbia. O gesto de Berlim pode levar outras antigas potências europeias em África (Portugal, França, Inglaterra e Bélgica) a terem que seguir o mesmo caminho.

A NAÇÃO e DW

Ao fim de anos de negociações, Berlim reconheceu finalmente ter realizado uma guerra de extermínio contra os povos herero e nama, no antigo Sudoeste Africano, hoje Namíbia, quase levando-os à extinção. Entre 1904 e 1908, numa altura em que a Alemanha procurava ter uma presença efectiva em África, disputando territórios com Portugal no Sul de Angola e Norte de Moçambique, por exemplo, tropas alemãs dizimaram milhares de indivíduos

dos povos herero e nama.

O reconhecimento oficial desse genocídio aconteceu na passada sexta-feira (28 de Maio) através do presidente da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier. Do acordo, ele irá pessoalmente pedir perdão por tal crime de Estado, numa cerimónia no Parlamento da Namíbia, país africano que sucedeu a antiga colónia Sudoeste Africano Alemão.

O ministro alemão do Exterior, Heiko Maas, mostrou-se satisfeito e agradecido pelo acordo alcançado entre a Alemanha e a Namíbia depois de mais de cinco anos de negociações. “À luz da responsabilidade histórica e moral da Alemanha, iremos pedir perdão à Namíbia e aos descendentes das vítimas”, declarou.

“Como gesto de reconhecimento da dor incomensurável que foi infligida às vítimas, queremos apoiar a Namíbia e os descendentes das vítimas com um programa substancial da ordem de 1,1 bilhão de euros para reconstrução e desenvolvimento”, precisou.



O comandante, general Lothar von Trotha, ordenou o extermínio

“Vamos chamar os acontecimentos ocorridos na época colonial alemã na actual Namíbia e em especial as atrocidades ocorridas entre o período de 1904 e 1908 sem eufemismos e atenuantes. Vamos chamar esses acontecimentos, agora também oficialmente, como aquilo que eles foram da actual perspectiva: um genocídio”, declarou Maas.

A presidência da Namíbia afirmou, por seu turno, que o acordo foi “um primeiro passo” no cami-

nho correcto para relações normais entre os estados dos dois países. A indemnização, a ser paga ao longo de trinta anos, deverá ir para programas de infraestrutura, saúde e educação, segundo o governo do país africano.

A oposição da Namíbia criticou, contudo, o acordo. Considera o valor baixo, dizendo que os descendentes dos herero e nama não foram suficientemente contemplados. «Se a Namíbia recebe dinheiro da Alemanha, ele deveria

ir para os líderes tradicionais das comunidades atingida e não para o governo», defendeu, entretanto, uma parlamentar da oposição.

Há quem considere igualmente que Berlim se aproveitou da actual crise provocada pela pandemia da covid-19, que tem afectado de forma brutal a economia namibiana, ainda assim um dos países mais estáveis de África, com uma democracia sólida, liderada pelo antigo movimento de libertação, SWAPO.

Mais grave crime da história colonial alemã

A Namíbia foi uma colónia alemã entre 1884 e 1915, que depois da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial (1914-18) passou para a tutela da África do Sul, por decisão da então Sociedade das Nações (antecessora da Organização das Nações Unidas, ONU), até tornar-se independente em 1990.

Os historiadores estimam que, entre 1904 e 1908, as tropas do imperador alemão Guilherme 2º massacraram aproximadamente 65 mil herero (de um total de cerca de 80 mil) e 10 mil nama (de cerca de 20 mil), depois que ambos os grupos se rebelaram contra o domínio colonial.

O massacre dos herero e nama é tido como o mais grave crime na história colonial da Alemanha, país que procurou estar presente em outras partes de África, a partir do célebre Tratado de Berlim, de 1885, altura em que as potências europeias trataram de dividir o continente em função dos seus interesses e poderio bélico. O comandante alemão, general Lothar von Trotha, ordenou o referido extermínio. Há anos que a ONU reconhece o massacre

como o primeiro genocídio do século 20.

O plano sistemático de extermínio de homens, mulheres e crianças, algo que a Alemanha nazi haveria de repetir contra os judeus, indenizando-os por isso também, incluiu a morte por armas, o bloqueio do acesso à água no deserto e campos de concentração, deixando os presos a morrer literalmente de fome.

Além da Namíbia, a Tanzânia e o Burundi também exigem reparações por crimes cometidos durante o período colonial alemão.

A Alemanha tornou-se potência colonial relativamente tarde, só ocupando solo africano na década de 1880. Sob o chanceler Otto von Bismarck, o Império Alemão estabeleceu colónias nos actuais territórios da Namíbia, Camarões, Togo, partes da Tanzânia e do Quênia.

O imperador Guilherme 2º, coroado em 1888, procurou expandir ainda mais as possessões coloniais através da criação de novas frotas de navios. Tais territórios foram perdidos em seguida, já durante a Primeira Guerra Mundial.



Como a Alemanha lida com seu passado colonial?

Genocídio, arte saqueada, caveiras roubadas: apelos para que Berlim reconheça as consequências de sua actividade colonialista na África se intensificam. Que progressos foram feitos até agora? Naita Hishoono, uma activista social namibiana, se confronta todo dia com os efeitos do passado colonial da Alemanha no seu país.

Um passeio pela capital do país, Windhoek, o evoca nos nomes de ruas, de lojas e de uma imponente igreja construída durante na época da colonização. E sob a superfície se esconde algo mais sinistro e assustador: o genocídio dos povos herero e nama pelas tropas coloniais alemãs. É um capítulo sombrio que todo namibiano conhece, mas de que mal se ouve falar na Alemanha.

Para Hishoono, que dirige o Instituto Nacional para a Democracia, é gritante a diferença na forma como namibianos e alemães percebem os crimes da Alemanha durante a época colonial.

“Os namibianos estão bem cientes do colonialismo, porque vemos a arquitetura, o impacto económico, vemos e vivemos isso todos os dias. Na Alemanha, se pode esquecer completamente que o país tinha colónias, pois não se percebe nada disso no dia a dia”, disse recentemente numa conferência organizada pelo Instituto GIGA de Estudos Africanos, sediado em Hamburgo.

Berlim também está ciente disso. “Nós, na Alemanha, vendemos a nós mesmos a ilusão de que saímos dos tempos coloniais com apenas alguns arranhões ou que o colonialismo alemão foi breve demais para causar danos duradouros”, declarou Michelle Müntefering, secretária de Estado no Ministério do Exterior durante uma sessão parlamentar em novembro de 2020.

Pouco progresso

Embora passem praticamente despercebidos, os vestígios coloniais ainda estão presentes na Alemanha: seja em ruas e memoriais que homenageiam alemães acusados de crimes coloniais; seja quando antigas colónias reivindicam objetos de arte saqueados durante a era colonial que se encontram em museus alemães.

O governo alemão, de facto, implementou uma série de novas medidas: os museus chegaram a um consenso sobre como proceder com os artefatos saqueados durante a época colonial. E foi estabelecida uma central de contato para ex-colónias exigirem a devolução de suas posses.

A política também está a tornar-se mais activa. A ministra alemã da Cultura, Monika Grütters, convidou as partes interessadas para discutir o destino dos famosos Bronzes de Benin, considerados butim colonial. (Recentemente) ficou decidido que

serão devolvidos à Nigéria em 2022.

Museus e arquivos também devolveram esqueletos trazidos à Alemanha durante o período colonial – para experimentos científicos duvidosos, entre outros fins. Cidades começaram a renomear ruas batizadas em homenagem aos colonizadores. Na última sexta-feira (23/04), foi a vez da Wissmannstrasse, em Berlim: até então, a rua carregava o nome de Herrman von Wissmann, que suprimiu de forma sangrenta um levante contra o domínio colonial alemão na África Oriental Alemã.

Mas isso tudo ainda não é suficiente, diz Hishoono: “Há pouco interessados pela história colonial alemã, seja por estudarem o tema, por terem parentes aqui, ou porque ouviram falar a respeito. Contudo o assunto não está realmente entre as prioridades da política alemã.”

Países discutem reparações

Isso é evidente na maneira como a Alemanha lida com os crimes da era colonial. Desde 2015, o governo federal e a Namíbia negociam um pedido oficial de desculpas pelo genocídio dos herero e nama, sem resultados até o momento.

Em Fevereiro, o embaixador da Tanzânia na Alemanha, Abdallah Possi, exigiu que o governo começasse a negociar um acordo de reparações com seu país. Isso permitiria a Berlim mostrar que “os ale-

mães finalmente aceitaram a responsabilidade pelos abusos dos direitos humanos durante a era colonial e levam a sério o que aconteceu aos tanzanianos no passado”, declarou ao diário berlinense Tagesspiegel. Possi estava se referindo à rebelião Maji Maji, um levante contra as forças coloniais alemãs de 1905 a 1907, que fez cerca de 250 mil vítimas.

Depois que a mídia alemã publicou os comentários de Possi, o Ministério do Exterior rebateu que o governo tanzaniano ainda não havia abordado Berlim oficialmente sobre eventuais reparações. Com isso, o assunto quase desapareceu do debate público, e o parlamento alemão permaneceu em silêncio.

O sistema escolar alemão tampouco reserva ao tema do colonialismo o espaço necessário. “Muitos dos meus alunos não sabem nada sobre a África ou colonialismo. Outros estão muito bem informados porque tiveram bons professores. Mas no currículo, o tópico é abordado em apenas uma ou duas horas”, comentou o historiador colonial Jürgen Zimmerer durante a conferência do Instituto GIGA.

Hishoono também acredita que o estudo do colonialismo deve ganhar mais destaque. As políticas escolares, porém, não cabem ao governo federal, e sim aos estaduais.

OPINIÃO



Marciano Moreira

Ensaio

Kriolus afro-purtuges

Na nha penultimu ensaiu (edison di 06-maiu-2021), N fla ma, nes planeta, ten 92 kriolu, agrupadu na 16 grupu, dipendendu di ses bazis leksikal. Na ta limia kada un di es 16 grupu, N limia grupu konxedu pa kriolus di bazi leksikal purtuges. Na nha ultimu ensaiu (edison di 20-maiu-2021), N papia di forma mas ditalhadu di kriolus di bazi leksikal purtuges. Na ta papia di es grupu di kriolus, N fla nomiadamenti ma ten 5 subgrupu di kriolus

di bazi leksikal purtuges: kriolus afro-purtuges, kriolus indo-purtuges, kriolus malaio-purtuges, kriolus sino-purtuges i kriolus luzo-amerikanu. Oji, N ta ben papia di forma mas ditalhadu di un di kes 5 subgrupu: kriolus afro-purtuges. Di kes 5 subgrupu di kriolus di bazi leksikal purtuges, kriolus afro-purtuges e kel grupu ku mas vitalidadi, ku mas falanti – konkretamenti, ku serka di 2 milhon di falanti.

Investigadora Dulce Pereira ta subdividi kriolus afro-purtuges, pa se bes, na 2 sub-grupu: kriolus afro-purtuges di Altu Gine i kriolus afro-purtuges di Golfu di Gine. Di es 2 subgrupu li, kriolus afro-purtuges di Altu Gine e kel ki ten mas vitalidadi, ku mas falanti, istu e, ku serka di 1.9 milhon di falanti. Kriolus afro-purtuges di Golfu di Gine ten serka di 100 mil falanti. Nos kriolu sta inseridu na kriolus afro-purtuges di Altu Gine. Fora nos kriolu, ten inda kriolu di Gine-Bisau i kriolu di Kazamansa. Ten inda un pikenu numeru di falantis di kriolu afro-purtuges na Gambia. Serka di metadi di falantis di kriolus afro-purtuges di Altu Gine e konstituidu pa Kabuverdianus, istu e, ta izisti serka di 1 milhon di falanti di kriolu kabuverdianu, sendu serka di metadi konstituidu pa Kabuverdianus rezidenti li na Kabu Verdi i serka di metadi konstituidu pa Kabuverdianus na diaspora. Kriolu Bisau-Giniensi e papiadu pa serka di 800 mil Bisau-Giniensi, sendu serka di 200 mil komu ses lingua maternu i serka di 600 mil komu ses sigundu lingua. Konvensional ma Gine-Bisau ten mas di 20 lingua, sendu kriolu uniku lingua di abranjensia nasional. Istu e, en-

bora Gine-Bisau ten mutu mas algen ki Kabu Verdi, apenas un parti di es populason e ki ten lingua kriolu komu lingua maternu o komu sigundu lingua. La Kazamansa, na Senegal, ten serka di 50 mil falanti di kriolu komu lingua maternu o komu sigundu lingua. Kriolus afro-purtuges di Golfu di Gine ten pertu di 100 mil falanti i es ta papiadu na Santume i Prinsipi ku na Anu Bon, Gine Ekuatorial. Na Santume i Prinsipi, fora nos kriolu, ten mas 3 kriolu – foru, angular i prinsipensi. Prinsipensi sta en extinson, ku apenas serka di 200 falanti, esensialmenti idozus (1999). Angular e papiadu pa serka di 5 mil falanti (1995). Ki ten mas falanti, e foru, ku serka di 70 mil falanti. Trokadu kel li, foru e konxedu tanbe pa santumensi, pois el e papiadu pa virtualmenti tudu Santumensi. Na Anu Bon, kriolu e papiadu pa serka di 5 mil i 600 falanti. Ethnologue ta tenta atualiza anualmenti numeru di falantis di linguas supra (konfiri: <https://tinyurl.com/y7rjqyqn>). Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera



Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com excepção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro		
Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
07/05/2021	Taxa Base Anual	1,0267
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões		
Data	Tipo	Taxa (%)
04/05/2021	Operação Monetária de Financiamento (3 Anos)	0,7500
05/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
07/05/2021	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
13/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500
17/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
25/05/2021	Títulos de Intervenção Monetária (181 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
23/04/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,8750
04/05/2021	Obrigações do Tesouro 5 anos	2,8750
07/05/2021	Bilhetes do Tesouro 360 anos	1,0000
13/05/2021	Obrigações do Tesouro 10 anos	3,0625
18/05/2021	Obrigações do Tesouro 3 anos	2,8750
21/05/2021	Obrigações do Tesouro 4 anos	2,9375

Taxas de Câmbio de 02-06-2021

	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	90,273	90,475
INGLATERRA	GBP	1	128,044	128,347
CANADÁ	CAD	1	74,802	74,943
SUIÇA	CHF	100	10 034,133	10 046,909
JAPÃO	JPY	100	82,353	82,480
DINAMARCA	DKK	100	1 481,409	1 484,098
NORUEGA	NOK	100	1 077,748	1 080,438
SUÉCIA	SEK	100	1 088,039	1 090,896
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	6,463	6,665
CHINA	CNY	100	1 418,710	1 418,710
BRASIL	BRL	1	17,265	17,265
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Pizza de Camarão (6 porções)

Ingredientes

- | | |
|--|----------------------------|
| Massa de pizza | tomate; |
| - 300 g de camarão fresco e limpo; | - 1/2 tomate fatiado fino; |
| - 100 g de filé de merluza (opcional); | - 1/2 cebola fatiada fina; |
| - 300 g de mussarela; | - 1/2 tomate picado; |
| - 1 cubo de caldo de camarão; | - 2 dentes de alho picado; |
| - 1 colher de sopa de extrato de | - 200 ml de água; |
| | - Azeite; |

Modo de preparação

- | | |
|--|---|
| 1- Doure em uma panela a cebola e o alho picado no azeite. 2- Adicione o camarão, o cubo de caldo de camarão, o tomate picado, o extrato de tomate e a água. | desmanchar. |
| 3- Feche a panela com a tampa e deixe cozinhar por 5 minutos. | 5- Coloque a massa no forno em forma untada e pré-cozinhe por 5 minutos. |
| 4- Opcional: Corte o filé de merluza em cubos e leve ao fogo com azeite, sal. Cozinhe por 3 minutos, para não | 6- Retire a massa do forno e adicione molho do camarão (sem camarão). |
| | 7- Adicione a mussarela, a cebola fatiada, o restante do molho do camarão, o tomate picado e o filé de merluza. |
| | 8- Leve ao forno para terminar de assar. |



Caça-palavras

W U Y I H Z P C A I D N Â L N I F B K A
L S Z C D J E Y A H T A P E K I L K N T
A D G Z J N G W G Z N M S S K F E A R Y
T P N Z V V T V B T A A R X K L D I K R
U C W L F U F I Á B Y Q X F T E L L Y S
A A H V Q M Y R X K O C U Q B H W Ó N V
T K K F A V T U G H A T X I H L Z G Q J
R D X O L I C G Z I U F R P S Q A N Q S
E S T A D O S U N I D O S N C T N O C Q
F G B A G Z R Ô C G A V C M D I Â M D S
L R R U F A T B P A G U H L H G M O J F
M O A X T S Z L K S N M K M P L W L C Y
J E A I E H Y Z S Z A A Q E J P A B Z D
L L V U D U I X Q F M J D T R A K U G J
K Â Y P K N E E R E G C T Á M S S Y Z F
P N P L Y G Â R Ú S S I A D G I W H F P
A D G M T Y I L W W Y U M I X X G V I I
D I Z K O J X J S X U H F N Y L N Q R Z
Q A H W E B C N K I C F U T Q W Y C N V
O E S D D E B L S I C A C Y H R Y O I F

Descobre o nome das dez regiões mais frias do planeta:

SOLUÇÕES:

ANTÁRTIDA
CAZAQUISTÃO
RUSSIA
GROELÂNDIA
CANADÁ
ESTADOS UNIDOS
ISLÂNDIA
FINLÂNDIA
VINÔNIA
MONGÓLIA

Sete diferenças



ESSAS PRANCHAS DO CHICO BENTO E DO ZÉ LELE SÃO MESMO MANEIRAS! VAMOS DEIXÁ-LOS MAIS CONTENTES, ENCONTRANDO OS SETE DETALHES DIFERENTES ENTRE AS FIGURAS?



RESP.: 1- DESENHO DA PRANCHA DO ZÉ LELE. 2- MAR. ENTRE AS DUAS PRANCHAS. 3- CORDÃO DO SHORT DO ZÉ LELE. 4- CABELO DO ZÉ LELE. 5- LISTRA DO SHORT DO ZÉ LELE. 6- AREIA. 7- DIREITA. 8- DESENHO DA CONCHA.

Talento

Maria José Varela - Mizé Varela - é uma jovem artesã de 26 anos, natural da ilha de Santiago. O seu percurso no artesanato começou em 2015, quando ainda cursava o primeiro ano de Direito. No princípio, a venda se restringia aos colegas da faculdade, mas logo viu uma fonte geradora de rendimentos.

Começou com colares chokers, depois brincos pompons, brincos com tecidos africanos e daí nunca mais parou. Desenvolveu a sua própria marca, Mize Acessórios, e decidiu ser artesã de profissão. A sua verdadeira paixão.

Em 2018 criou a primeira mala, produzida com cordas de sisal, dando início a uma nova fase de experimentação e aprendizagem de novas técnicas de produção.

No ano seguinte registou a sua marca e em outubro de 2020 lançou a sua primeira coleção de malas, SIZA KARAPATI, personagem criada para homenagear e dignificar o importante papel da mulher no desenvolvimento da sociedade. As peças foram feitas exclusivamente em sisal e os acessórios todos em búzios.

Hoje, a Mize Acessórios tem a seu pró-

prio atelier, através de uma incubadora criativa, sediada no Palácio da Cultura Ildo Lobo. Reconhecida como artesã, Mizé Varela pretende alavancar a cultura cabo-verdiana através da sua arte.

Em sua loja, pode-se encontrar diversas peças originais, entre as quais, produtos feitos com búzios e conchas, desde brincos, colares, pulseiras, tornozeleiras e malas decoradas com esses itens.

Mizé Acessórios, cujos produtos podem ser requisitados nas suas redes sociais do Facebook e Instagram, exporta para as ilhas e além fronteiras.



AGENDA CULTURAL

Cabo-verdianos em residência artística em Portugal apresentam a peça “KastroKriola”

KastroKriola é dirigido pelo director artístico do Teatro Nacional São João (TNSJ), Nuno Cardoso, escrito pelo cabo-verdiano Caplan Neves e conta com a actuação dos actores cabo-verdianos Benito Lopes, Deka Saimor, Emerson Dias, Hugo Paz, Lisa Reis, Milanka-Vera-Cruz e Milton Fonseca.

Em KastroKriola, de acordo com sinopse, Caplan Neves recria “Castro”, uma peça de António Ferreira, propondo uma criouliização cénica que tenta desvendar como este texto clássico simbolicamente ecoa num Cabo Verde de hoje. “A tragédia da contenda real é revista sob o prisma das intrigas internas dos partidos políticos das democracias do nosso tempo”.

Se na obra de Ferreira o risco de ocupação estrangeira e de impureza de “um ouro limpo” é o móbil da punição do

O espectáculo estreia-se a 10 de Junho (Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas) e fica em cena até 12 deste mês, no Mosteiro de São Bento da Vitória. Uma co-produção que resulta de uma experiência de trabalho conjunto entre o Teatro Nacional São João, actores e estruturas culturais cabo-verdianas e portuguesas.

Criselene Brito



amor de Pedro e Inês, em KastroKriola é o escândalo da relação homoafetiva declarada entre Petra – mulher de futuro promissor no círculo do poder – e Kastro que vem “insendiá ese partid y ese paij”. Ambas enfrentam também a perseguição dos seus pares por “razões de estado” e usam das mesmas armas perante a cegueira e a tirania. Diz-se de Petra: “El obedese un ordem maior: se korason.”

KastroKriola é o resultado do acordo de cooperação celebrado entre o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde, o Ministério da Cultura de Portugal e o TNSJ, assinado em setembro de 2019.

A peça estreia a 10 de junho no Mosteiro de São Bento da Vitória, tem a duração de 1h20 minutos, é permitida a maiores de 12 anos e a entrada é gratuita.

Acontece

- Albertino Évora, Khaly Angel, Totinho e Bruno Lima, no Quintal da Música, Av. Amílcar Cabral, Platô, sexta-feira, 04, às 20h30.



- Exposição de Desenhos e Brinquedos de Sucata e Poesia, no Centro de Artes e Cultura, Sal Rei, Boavista, de segundas às sextas-feiras, das 09h00 às 19h00.



- Zuleica Rosário, Edson Brito, Héber Pires e Magik Santiago no Quintal da Música, Av. Amílcar Cabral, Plateau, sábado, 05, às 20h30.



- Lançamento do livro “Sapataria e outros caminhos de pé posto” de Luísa Fresta, no Centro Cultural de Cabo Verde, Lisboa, Portugal, segunda, 07 de Junho, às 18h30.



Aconteceu...



- Espetáculo de dança Hip Hop “CV Dançers”, no Centro Cultural do Mindelo, sábado, 29, às 20h00

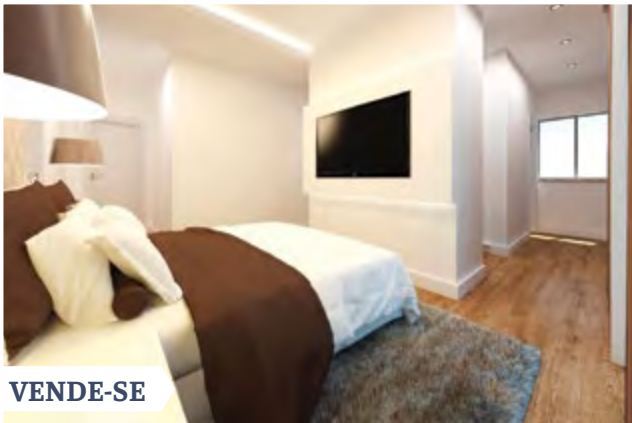


**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv
edificio.solar@simovel.cv
4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar –Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de- Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
info@hrochasolucoes.cv
 +238 985 16 89
www.hrochasolucoes.cv
 H. Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599, 48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

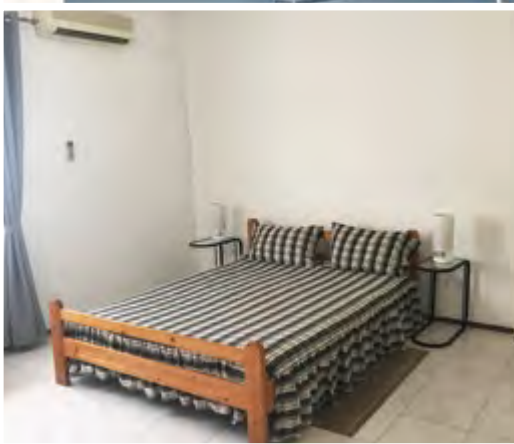
Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suítes, sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARREND-SE

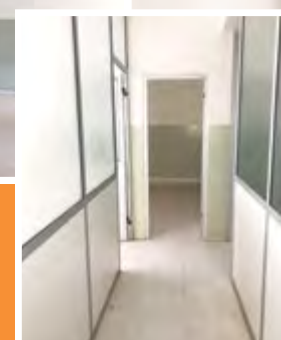
T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARREND-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.



Two photographs of CCTV cameras. The left image shows a white dome camera with a black lens and a ring of small lights. The right image shows a white bullet camera with a black lens and a ring of small lights, mounted on a white bracket.



CONTACTO: 9954200 /9184607

Classificados

Nome da Empresa Emitente: Ecobank Cabo Verde, SA
Endereço: Avenida Cidade de Lisboa
Capital Social: 829.858.400\$00
NIF: 255963068



COMUNICADO Pagamento de Juros do 8º Cupão

Avisam-se os titulares de Obrigações Série C da emitente Ecobank Cabo Verde, SA, que, em conformidade com as condições de emissão, se encontram a pagamento, a partir de 30 de maio de 2021, os juros relativos ao 8º Cupão, das obrigações com o código ISIN: Série C - CVECVCOM0004, cujo valor por obrigação é o seguinte:

SUBSCRIPTORES	DATA EMISSÃO	MONTANTES	
		PRINCIPAL	JUROS LIQUIDOS
OBRIGAÇÕES 6,00%	31/05/2017	1 000,00	27,00

O agente pagador nomeado para o efeito é o Intermediário Banco Central de Cabo Verde, processando-se o pagamento de acordo com os regulamentos em vigor, nos termos do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Praia, 20 de maio de 2021



ANÚNCIO

2.ª Publicação. Ação Especial de Revisão e Confirmação do Setenta Estrangeira n.º 31/2021.

Requerente: **Francisca Sanches de Sousa.**

Requerido: **Bernard Samuel Amy.**
0000000000000

A Dr.ª Helena Maria Alves Barreto,
Juiz Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos de 30 dias** contados do segundo e última publicação do anúncio, citando o requerido, para no prazo de **10 dias**, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (Divórcio Decretado pelo Tribunal de 1.ª instância de la Broye e de Nord Vaudois/Suíça), pelos factos e fundamentos constantes na P.I., depositada nesta Secretaria para levantamento nas horas normais do expediente.

Mais se notifica o requerido de que é

obrigatório a constituição de Advogado nesta ação, que no caso de se opôr deverá pagar o preparo inicial, no prozo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretaria, no montante de 12.000\$00, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro do sua importância (24.000\$00), nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, al d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (36.000\$00), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do C.C.J., e que querendo, poderá requerer o benéfico da Assistência Judiciária.

Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados.

Cidade de Assomada, 05 de maio 2021.

A Juiz Desembargadora,
/Dr.ª Helena Maria Alves Barreto/
O Oficial de Justiça,
/Igor Adalberto Monteiro Ferreira/

PALÁCIO DA JUSTIÇA - AVENIDA DA LIBERDADE/
ASSOMADA TEL. N.º 3338914- FAX N.º 2.654448



Ministério da Agricultura e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente
Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
Cidade da Praia
+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“ZIPLINE RECREATIVO FASE II”

ILHA DO SAL

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “ZIPLINE RECREATIVO FASE II” - **ILHA DO SAL do proponente EXTREME FLY CV** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 20 de maio a 28 de junho nos seguintes locais:

- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Sal;
- Delegação Regional do Ministério da Agricultura e Ambiente no Sal.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semmedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 18 de maio de 2021

O Diretor Nacional
/Alexandre Nevsky Rodrigues/



Ministério da Agricultura e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente
Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP. 115
Cidade da Praia
+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
+238 261 75 11

ANÚNCIO

“PEDREIRA HU BEM”

ILHA DE SANTIAGO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**PEDREIRA HU BEM**” - **ILHA DE SANTIAGO do proponente HU BEN – Investimento e Indústrias, Lda** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 27 de maio a 06 de julho nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal de São Domingos.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semmedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 25 de Maio de 2021

O Diretor Nacional
/Alexandre Nevsky Rodrigues/



Banco de Cabo Verde

Anúncio Público

Concurso Público Nacional e Internacional N° 02/2021 “Fornecimento de equipamentos informáticos e máquinas de uso administrativo”

1. **Entidade Adjudicante:** Banco de Cabo Verde (BCV), com sede na Avenida OUA, n.º 2, C.P n.º 7954-094, Achada Santo António, Cidade da Praia, Santiago - Cabo Verde, telefone (+238) 260 70 00.
2. **Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar a despesa:** Conselho de Administração do Banco de Cabo Verde, ao abrigo da alínea a) do nº1 do Art.º 4º da NAP 05/2016.
3. **Entidade responsável pela condução do procedimento:** Departamento de Património, Segurança e Administração, Área de Contratação Pública e Apoio Geral, Unidade de Estrutura a quem compete as aquisições no BCV, telefones (+238) 260 70 93, (+238) 260 73 22 e (+238) 260 71 77 e-mails: sleite@bcv.cv, tsilva@bcv.cv e dulcetavares@bcv.cv.
4. **Objeto do concurso:** contratação de empresas para fornecimento de equipamentos informáticos e máquinas de uso administrativo
5. **Local da entrega dos bens:** Os bens serão fornecidos na nova Sede do Banco de Cabo Verde, sito na Avenida OUA, n.º 02, Código Postal 7954-094, Caixa Postal 101, Achada Santo António, Cidade da Praia - Cabo Verde, sem prejuízo do BCV indicar outro lugar para realização do mesmo.
6. **Prazo de execução do contrato:** Conforme proposta adjudicada.
7. **Obtenção dos documentos do concurso:** Os documentos relativos ao presente concurso podem ser obtidos através dos endereços eletrónicos: dulcetavares@bcv.cv, tsilva@bcv.cv, e sleite@bcv.cv.
8. **Divisão em lotes:** Concurso repartido por lotes, podendo os interessados apresentar as propostas para um, ou todos os lotes, da seguinte forma:
 - a. **Lote 1** – aquisição de equipamentos informáticos e impressora;
 - b. **Lote 2** – aquisição de equipamentos informáticos, e
 - c. **Lote 3** – aquisição de máquinas de uso administrativo.
9. **Requisitos obrigatórios para a apresentação de propostas:** Podem ser admitidas pessoas coletivas, nacionais e internacionais, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70.º do Código da Contratação Pública, devendo a empresa ter: Licenças de comercialização dos equipamentos em Cabo Verde, emitido por autoridades competentes; Licenças de comercialização dos equipamentos em Cabo Verde, emitido por parte do fabricante, parceiro, representante oficial ou revendedor; experiência no fornecimento de bens semelhantes, Experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, no fornecimento de bens semelhantes; Cumprir as condições técnicas exigidas no Anexo I do caderno de encargos e possuir solidez financeira e boa capacidade para prestação de serviços.
10. **Não são admitidas:** Propostas por agrupamentos de empresas e pessoas singulares.
11. **Modo de apresentação das propostas:** Em envelope fechado e lacrado, entregue diretamente na sede da entidade adjudicante ou remetido por correio registado para a morada da entidade adjudicante; ou ainda, por correio eletrónico com anexos encriptados unicamente para o endereço tsilva@bcv.cv, devendo a chave de descriptação ser entregue no ato público de abertura das propostas, respeitando as indicações definidas no programa de concurso.
12. **Língua:** As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas em língua portuguesa.
13. **Data de apresentação de propostas:** Os interessados devem entregar as propostas até ao dia 28 de junho de 2021, entre as 08h00 (oito horas) e as 16h30 (dezasseis horas e trinta minutos).
14. **Prazo de manutenção das propostas:** Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
15. **Critério de adjudicação:** O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa. A ponderação é de: 60% para o fator qualidade técnica e 40% para o fator preço.
16. **Ato público de abertura das propostas:** O ato público de abertura das propostas tem lugar na Sede do Banco de Cabo Verde, no dia 29 de junho de 2021, às 10 horas, podendo os concorrentes participar presencialmente ou via videoconferência, e intervir todos os concorrentes e representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.
17. **Cauções e garantias:** i) Caução para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante a entidade adjudicante; ii) No caso da proposta adjudicada prever adiantamentos de preço, deve ser prestada caução de valor igual ao dos adiantamentos prestados, desde que não exceda 30% do valor total do contrato.
18. **Identificação do autor do anúncio:** Área de Contratação Pública e Apoio Geral do Banco de Cabo Verde.
19. **Lei aplicável ao procedimento:** Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei nº 88/VIII/2015, de 14 de abril de 2015.

Data do envio do anúncio
Praia, 27 de maio de 2021.



EMPRESA DE ELECTRICIDADE E ÁGUA, SA

Av^a Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10 C.P. 137 – Mindelo S. Vicente –
República de CABO VERDE

ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/ESA/21

“FECHO DE ANEL MT DA BRAVA: LAMT CENTRAL FAVETAL / FURNA / NOVA SINTRA / E LAMT COVA RODELA / COVA JOANA - ILHA BRAVA”

1. Entidade Adjudicante:

ELECTRA SA, Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva N.º 10, 1º, C.P. 137 - S. Vicente, Telefone: +238 2303030; Fax.: + 238 2313014; www.electra.cv

2. Órgão competente para a decisão de contratar e órgão competente para autorizar despesa:

Conselho de Administração da ELECTRA, S.A.

3. Entidade responsável pela condução do procedimento:

A Entidade responsável pela condução do procedimento é a ELECTRA, S.A., através da Unidade de Serviços de Aprovisionamento e Logística.

4. Financiamento:

As despesas inerentes à celebração do contrato são financiadas pela ELECTRA, S.A.

5. Objeto do Concurso:

O presente concurso destina-se a execução de redes aéreas Média Tensão no âmbito do Projeto Fecho de anel MT da Brava – LAMT Favetal / Furna/ Nova Sintra e fecho de anel MT Zonas altas Cova Rodela / Cova Joana, da Ilha Brava.

6. Local da execução do contrato:

Ilha Brava, Cabo Verde.

7. Obtenção dos documentos do concurso:

Os documentos relativos ao presente concurso podem ser requeridos por e-mail através do endereço: j.barbosa@electra.cv, C/C. h.gomes@electra.cv e r.martins@electra.cv.

8. Custo dos documentos do concurso:

O custo dos documentos é de 6.000\$00 (Seis mil escudos cabo-verdianos) livre de encargos bancário e não reembolsáveis. O pagamento deve ser efetuado através de transferência bancária a favor de:

Nome do destinatário:	ELECTRA SA
Nome do Banco:	BCA
IBAN:	CV64 0003 0000 83440371 101 76
SWIFT CODE:	BCATCVCV

O Caderno de Encargos (CE) será enviado em formato digital para o endereço eletrónico indicado no pedido, após a receção do comprovativo do respetivo pagamento.

O pagamento deverá ser efetuado até as 14:30 horas (hora local CV) do dia 02 de Julho de 2021.

9. Divisão em lotes:

O Concurso é constituído em lote único:

- Fecho de anel MT da Brava – LAMT Favetal / Nova Sintra / Furna e LAMT Cova Rodela / Cova Joana, da Ilha Brava.

10. Requisitos de admissão:

Podem ser admitidos quaisquer interessados que reúnam as condições previstas na lei e nos documentos do procedimento, incluindo os requisitos técnicos e financeiros.

11. Visita ao local da Obra:

Considera-se a realização de uma visita ao local da obra

na semana de 21/06/2021 à 25/06/2021 mediante manifestação de interesse dos concorrentes.

12. Modo de apresentação das propostas:

1 (um) original impresso, 1 (uma) cópia impressa e 1 (uma) cópia digital numa flash drive.

As propostas impressas devem conter as menções “original” e “cópia”, devendo a cópia ter as mesmas assinaturas que o original. As citadas propostas devem ser remetidas por via de carta registada ou entregues por portador contra recibo na secretaria da ELECTRA, SA, Av. Dr. Baltazar Lopes da Silva, Cidade do Mindelo em envelope fechado, com a inscrição:

“FECHO DO ANEL MT DA BRAVA – FAVETAL / FURNA / NOVA SINTRA / COVA RODELA / COVA JOANA _PR.002_ESA/21”.

13. Língua:

As propostas bem como toda a documentação técnica que as acompanham podem ser redigidas na língua portuguesa.

14. Data de apresentação de propostas:

Os interessados devem entregar as propostas até às 14h00 (hora local em CV) do dia 16 de Julho de 2021, conforme instruções do Caderno de Encargos, no seguinte endereço:

Unidade de Serviços de Aprovisionamento e Logística
Av^a Dr. Baltazar Lopes da Silva nº 10,
C.P. 137 – Mindelo, São Vicente
+238 2303030

15. Prazo de manutenção das propostas:

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 90 dias.

16. Critério de adjudicação:

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante mediante avaliação dos seguintes factores:

O Preço

A qualidade técnica (garantias técnicas) da proposta

O prazo de execução

17. Ato público:

O ato público de abertura das propostas tem lugar na sede da ELECTRA, SA em São Vicente as 15H00 (hora local CV) do dia 16 de Julho de 2021, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes, devidamente credenciados para o efeito.

18. Lei aplicável ao procedimento:

o presente procedimento será regido por Lei n.º 88/VIII/2015 de Abril, que aprova o Código de Contratação Pública (publicado no BO n.º 24 I Série), o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos (Decreto-Lei n.º 50/2015 de 17 de Novembro, publicado no BO n.º 72, I Série), e Portaria n.º 60/2015, que aprova os documentos standardizados de procedimentos pré-contratuais previstos (no BO n.º 78, I Série, de 9 de Dezembro).

Mindelo, 02 de Junho de 2021

Eng.º Manuel Jesus Silva
Administrador



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE
2º Juízo Cível

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Autos - Acção Especial (Justificação Judicial) n.º 61/19-20.

Autora – Joanita Fonseca José Marcelino Silva.

Réus - Herdeiros de João Pedro dos Santos e de Manuel André Gomes.

-0-

FAZ SABER que no processo e Juízo acima indicados, são por este meio citados os herdeiros conhecidos dos Réus acima identificados, Srs. **Virgílio dos Santos Gomes, Luiza dos Santos Gomes, Irene dos Santos Gomes, Gracinda dos Santos Gomes e Sandra dos Santos Gomes**, todos residentes em parte incerta e os herdeiros desconhecidos, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação mínima de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação deste anúncio, deduzirem, querendo, oposição ao pedido formulado pela autora nos supracitados autos, cujo o pedido consiste em ser a presente acção julgada procedente e provada e por via disso, declarar-se justificado o direito de propriedade da Autora sobre prédio inscrito na matriz predial de São Vicente, sob o nº 3640, descrito na Conservatória dos Registos Predial da Primeira Classe de São

Vicente, com o nº 4546 a fls. 139 do livro B-12 e autorizar-se o registo do prédio urbano em referência a favor da Autora, na Conservatória do Registo predial de São Vicente, com advertência de que com a oposição se a apresentar, deverão oferecer logo os meios de prova.

FAZ AINDA SABER, de que é obrigatória a constituição de advogado, de que deverão no prazo de cinco dias, caso deduzirem oposição, efectuar o pagamento do preparo inicial no montante de 12.000\$00 (doze mil escudos) e, não o fazendo, serão notificados para pagarem o preparo a que faltou acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta desse pagamento implica a instauração de execução para a sua cobrança coerciva, e de que gozam da faculdade de requererem o benefício da assistência judiciária.

Mindelo, aos 12 de Maio de 2021.
O Juiz de Direito,
/Fernando Rui Santos/
O Secretário Judicial,
/Benvidio Fortes Delgado/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PAUL
Tel/Fax - 223 11 36/ 516 23 34
««O»»

ANÚNCIO JUDICIAL

Processo - **AÇÃO DECLARATIVA DE SIMPLES APRECIACÃO POSITIVA**, registados sob o nº 23/20/21.

Autor - MIGUEL FORTES MONTEIRO LIMA CERQUEIRA, natural da Freguesia de Santo António das Pombas, Concelho do Paul, residente em Holanda.

Réus - **INTERESADOS INCERTOS**.

Advogado do autor - Dr. **ALEXANDRE ALVES**, da OACV com escritório e residência Cidade da Ribeira Grande.

FAZ SABER que no processo e Tribunal acima mencionados são **CITADOS** por este meio para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzirem, querendo, oposição ao referido processo, quando se julguem com direito ou com direito igual a do autor, sobre o prédio adiante identificado, consistindo o pedido formulado na referida Acção em ser reconhecido o direito alegado apela autora e considerado este dono e legítimo proprietário do mesmo prédio e autorização por sentença a proceder a sua inscrição no registo predial, tudo como consta da petição inicial, cujo duplicado se encontra na Secretaria deste Tribunal para ser entregue quando for solicitado.

1. Prédio rústico situado em Taboleiro, inscrito na matriz predial sob o nº 1211/0, confrontando norte com Rosária Oliveira Silva, Sul com Bernardo José de Oliveira, este bordas e Oeste com João

batista Elias, com área de 1200 metros quadrados.

FAZ AINDA SABER aos citados de que é obrigatória a constituição de advogado na referida acção, de que deverão pagar o preparo inicial dentro do prazo de **CINCO DIAS**, no valor de 10.000\$00, caso deduzirem oposição, sob pena de efetua-lo acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância ou na falta de pagamento deste, de se proceder a imediata insaturação de execução especial para a sua cobrança coerciva; que poderão, querendo, requerer o benefício da assistência judiciária na modalidade de dispensa do pagamento de preparos e custas e que gozam ainda da faculdade de requerer à ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia e Delegação em Mindelo o benefício da assistência judiciária dentro do prazo de **DOIS DIAS** úteis a contar da citação apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, podendo aquela instituição ser contactada através dos telefones nºs 2619755 e 2312810 e faxes nºs 2619754 e 2322772.

Cidade das Pombas, 12 de Maio de 2021.

Cidade das Pombas, 12 de Maio de 2021.
O Juiz de Direito,
/Fernando Rui Santos/
O Secretário Judicial,
/Benvidio Fortes Delgado/



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

- ANÚNCIO JUDICIAL - REG. Nº 26/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 115/2020, movido pelos autores **JOÃO ALVES E MARIA DA LUZ TEIXEIRA ALVES**, maiores de idade, casados, naturais da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, comerciantes e residentes em Santa Filomena, com mandatário judicial constituído Dr. MANUEL ROQUE SILVA, JÚNIOR, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra a RÉ **MARIA DA LUZ DE PINA**, maior de idade, viúva, residente em Portugal, com última residência conhecida nesta Ilha, em Velho Manuel.

É CITADA A RÉ SUPRA IDENTIFICADA, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de **VINTE DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzir, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA:

Um prédio rústico, tendo no seu interior uma casa coberta de betão armado, com uma sala de visita, quarto, cozinha e casa de banho, sito em Velho Manuel, da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe,

inscrito na matriz sob nº 1529/0, confrontando ao Norte com Domingos Pina Cabral, Sul com Veranda Antónia Pina Teixeira, Este com Antónia Correia e Oeste com Domingos de Pina, com valor matricial de 626.875.00 (seiscentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta e cinco escudos), medindo a parte urbana 247.62 m2 e a parte rústica 9.580.30 m2;

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de **CINCO DIAS** pagar o preparo inicial, sob pena de efetua-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de **DOIS DIAS**, dias, contados da citação.

São Filipe, 18 de maio de 2021.
O Juiz de Direito,
/João Jorge Santos Alves/
O Ajudante Escrivão,
/José Pires/
S. Filipe Fogo C.P. 93 - Telefone: 962352330/74 - Fax: 962352312/29 - Cabo Verde



Ministério da Justiça e Trabalho

Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **oitenta e quatro a oitenta e cinco**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Manuel Gomes Varela**, falecido no dia cinco de Janeiro de dois mil e vinte e um, em Ribeirão Manuel, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casado com Ambrosina Tavares Alvarenga, no regime de comunhão geral de bens.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros legítimos, os filhos: **a) - Cláudio Gomes Varela**, casado com Henriete Lortong, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Luxemburgo; **b) - Ladislau Alvarenga Varela**, casado com Águeda Semedo Correia Varela, sob o regime de comunhão de adquiridos, residente em Suíça; **c) Lúcia Alvarenga Varela**, solteira, maior, residente em França; **d)- Maria Santa Alvarenga Varela**, solteira, maior, residente em França; **e) Maria Alvarenga Varela**, solteira, maior, residente em Portugal; **f) Bebian**

Maria Alvarenga Varela, solteira, maior, residente em Suíça; **g). Victor Manuel Alvarenga Varela**, solteiro, maior, residente em Suíça; **h) Manuela Maria Alvarenga Varela**, solteira, maior, residente em Suíça; **i) José Manuel Alvarenga Varela**, solteiro, maior, residente em Ribeirão Manuel. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido Manuel Gomes Varela.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 1857/2021

Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretária: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rni.gov.cv



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE/FOGO
JUÍZO CÍVEL

= ANÚNCIO JUDICIAL =

REG. Nº 28/JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justificação Judicial, registado sob o nº 89/2021, movido pelos autores **ISABEL MARIA TEIXEIRA DE PINA GONÇALVES, ELSA MARIA DE PINA GONÇALVES SOBRAL, MARIA ROSA DE PINA GONÇALVES ALMEIDA, SANDRA HELENA PINA GONÇALVES ROSA, MARIA TEIXEIRA CENTEIO, ELOISA HELENA DE PINA GONÇALVES, LUDOVINO DE PINA GONÇALVES E VALDIR OLDEMIR GONÇALVES**, maiores de idade, com mandatário judicial constituído Dr. MANUEL ROQUE SILVA, JÚNIOR, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS MINISTÉRIO PÚBLICO E INTERESSADOS INCERTOS.

São citados os réus INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de **QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio**, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBA ÚNICA:

Um terreno de sementeira que antes se achava inscrito sob nº 1137 da 2ª zona, localizado em Limeira, da freguesia de São Lourenço, confrontando a Norte com Ribeira, Sul com Herdeiros de Manuel R. Pereira, Este e Oeste com Herdeiros de Ana J. Barbosa, com uma área de 162.620 m2 e valor matricial de 1.622.500\$00 (um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, quinhentos escudos);

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuar-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 18 de maio de 2021.

O Juiz de Direito
/Paulo Jorge Santos Aires/

O Ajudante Escrivão
/José Pires/

S. Filipe/Fogo C.P. 03 - Telefone nº(0238)3338174 - Fax nº(0238)2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO TARRAFAL SANTIAGO
JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO Nº 23/20/21

Dr.ª Ruth Helena Barros Lima Santos, Juiz de Direito do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal;

**

Faz saber que pelo cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, correm termos nos autos de Inventário Judicial nº 02/20/21, em que é Inventariante Eduarda Dias Vaz e inventariado Francisco Mendes Varela são **Citados os interessados Incertos** do falecido Francisco Mendes Varela, com última residência conhecida em Cabo Verde, em Tarrafal, para no prazo de **20 (Vinte) dias** que se contará depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias**, contados depois da 2ª e última publicação deste anúncio, querendo, deduzir oposição ao Inventário, impugnar a sua própria legitimidade ou a das outras pessoas citadas e a competência do cabeça de casal, nos autos acima referido pelos fundamentos constantes do duplicado da Petição Inicial, fotocópias dos documentos e despacho que se juntam em anexo.

“O pedido consiste em a) A abertura do inventário judicial dos bens; b) Ser concedido o pedido de antecipação de tutela para fins de ter acesso imediato às contas do falecido; c) Nomear a A. como Inventariante e cabeça-de-casal, mediante o devido compromisso, uma vez que era esposa do de cujus nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 2008 do CC e já se encontra na administração dos bens por este deixados; d) Admitir a requerente a prestar declaração Juramento por escrito com assinatura reconhecida presencialmente, uma vez que ela é emigrante em Suíça e não poderá se deslocar ao país desde logo devido à Pandemia; e) Admitir esta petição como primeiras declarações da requerente por conter as informações legalmente necessárias; f) Notificar o representante do Ministério Público ante a presença de interesse dos herdeiros incapazes por serem menores; g) Citar os herdeiros para que conheçam esta demanda e ofereçam suas alegações se desejarem; h) Notificar aos bancos BCA, CECV e BI para informar ao Tribunal o número da conta e o montante total que se encontra depositado (prazo e ordem) em cada uma destas instituições bancárias em nome de Francisco Mendes Varela; i) A habilitação de herdeiros e, após o regular procedimento, seja expedido o competente formal de partilha, nos termos do plano de partilha a organizar pela Secretaria.”

Faz ainda saber aos réus que é obrigatória a constituição de advogado na presente acção; que, com a sua defesa a apresentar, deverá no prazo de **cinco (05) dias**, efectuar o preparo inicial nos termos do art.º 61º do Código das Custas Judiciais (CCJ), sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, ao abrigo do disposto no art.º 66º do citado diploma, sendo advertido de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do presente Código. Ainda, poderão requerer o benefício de Assistência Judiciária, na modalidade de dispensa ou redução de pagamento de encargos e custas processuais (cfr. Artº 8º al. a) diretamente no Tribunal, ou no prazo de dois dias a contar da citação, na modalidade previsto no (artº 8 al. b) nos termos da Lei 35/111/88, de 18 de junho junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde na Cidade da Praia, Email: orde-madvogados@cvtelecom.cv, tel. Nº (238)2619755, apresentando em todo o caso elementos comprovativos da sua insuficiência económica.

Para constar se lavrou este anúncio, que será entregue à autora para efeito de 1º e 2º publicação;

Cartório do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, aos 05 de maio 2021.

O Juiz de Direito
Ruth Helena Barros Lima Santos



A Escrivão de Direito
/Dilma Ramos/



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO

Juízo Cível
ANÚNCIO JUDICIAL
= N.º29/TJCSF/2021 =
«****0****»

Dr. PAULO AIRES, Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe-Fogo.

NOS AUTOS INFRA IDENTIFICADOS:

AUTOS DE: **Inventário Facultativo N.º 07/2014.**

INVENTARIANTE(S): **Maria de Fátima Silva Andrade Sena.**

INVENTARIADO(S): **Domingos Fernandes Andrade.**

ORDENA A CITAÇÃO DO/A(S):

Interessados: **António Maicon Vieira de Andrade, Nilton Amílcar Fernandes Vieira de Andrade, José Pedro Fernandes Vieira de Andrade, João Barbosa Fernandes de Andrade**, todos maiores, residentes em parte incerta de Portugal, **Maria de Fátima da Silva Andrade Sena e Paulo Renato Alves de Andrade**, aquela em parte incerta dos Estados Unidos de América e este em parte incerta de São Paulo, Brasil, respetivamente.

COM AS SEGUINTE ADVERTÊNCIAS LEGAIS:

a) **Faz Saber**, que pelo Tribunal Judicial da Comarca de São Filipe/Fogo, **são por esta forma Citados** os interessados supra, para no prazo de VINTE DIAS, depois de decorridos outros **QUARENTA E CINCO DIAS** de dilação, a contar da data da afixação do ultimo edital, para deduzir oposição ao inventário, impugnar a sua própria legitimidade ou das outras pessoas citadas, e a competência de cabeça de casal, face aos fundamentos constantes da petição inicial que se encontra a disposição na Secretaria deste Tribunal, na qualidade de interessados, e, do prosseguimento dos autos supra referenciados, e no qual desempenha as funções de cabeça de casal, **Maria de Fátima da Silva Andrade Sena**, para assistir aos termos do mencionado processo, por óbito do de cujos; **Domingos Fernandes Andrade**, conforme determina o n.º1 do art.º 956º, do Código de Processo Civil Cabo-verdiano, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial que se encontra á sua disposição na Secretaria deste juízo.

b) De que, querendo e necessário for, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária (art. 5º e ss. da LAJ); e.

c) De que goza ainda da faculdade de requerer à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, através da sua sede na Praia, o benefício de Assistência Judiciária no que toca a Assistência Judicial, por Advogado, dentro do prazo de **DOIS DIAS** úteis, a contar da citação, apresentando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, e podendo aquela instituição ser contactada por telefone. (+238) 2619755/56 - Fax: (+238) 2619754- C.P. 782- Rua Serpa Pinto, no 9, 3º Andar - Plateau. E-mail: ordemadvogados@cvtelecom.cv. Cidade de São Filipe, 24 de maio de 2021.



S. Filipe\Fogo C.P. 03 - Telefone # (0238)2813386/33373/74/76 - Fax # (0238)2812829 - Cabo Verde



REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE-FOGO
Juízo Cível

- ANÚNCIO JUDICIAL -
REG. N.º27 /JP/TJCSF/2020/21

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Acção Especial de Justiça Judicial, registado sob o n.º 79/2021, movido pelo autor **MIGUEL PINA FERNANDES**, maior de idade, solteiro, natural da freguesia de São Lourenço, Concelho de São Filipe, residente e emigrante nos Estados Unidos de América, com mandatário judicial constituído Dr. ARTUR CARDOSO, advogado, com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS **MINISTÉRIO PÚBLICO E INTERESSADOS INCERTOS**.

São citados os réus INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

a).. Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de QUARENTA DIAS, contados da segunda e última publicação do anúncio, deduzirem, quando se julgarem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

VERBAS:

1. Um lote de terreno para construção urbana, identificado pelo n.º 2 da quadra A, localizado em Xaguate Cima, medindo na totalidade 375 m2, confrontando ao Norte com Via Pública, Sul com Lote 09, Este com Lote n.º 03 e Oeste com Lote n.º 01, inscrito na matriz predial Urbana da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sob n.º 7192/0, com valor matricial de 600.000\$00 (seiscentos mil escudos);
2. Um lote de terreno para construção urbana, identificado pelo n.º 3 da quadra A, localizado em Xaguate Cima, medindo na totalidade 375 m2, confrontando ao Norte com Via Pública, Sul com Lote 10, Este com Lote n.º 04 e Oeste com Lote n.º 02, inscrito na matriz predial Urbana da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sob n.º 7193/0, com valor matricial de 600.000\$00 (seiscentos mil escudos);
3. Um lote de terreno para construção urbana, identificado pelo n.º 4 da quadra A, localizado em Xaguate Cima, medindo na totalidade 375 m2, confrontando ao Norte com Via Pública, Sul com Lote 11, Este com Lote n.º 05 e Oeste com Lote n.º 03, inscrito na matriz predial Urbana da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sob n.º 7194/0, com valor matricial de 600.000\$00 (seiscentos mil escudos).

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida acção, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuar-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 110º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 18 de maio de 2021.



S. Filipe\Fogo C.P. 03 - Telefone # (0238)33381/74 - Fax # (0238)2812829 - Cabo Verde



Ministério da Justiça e Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de Primeira publicação que, a fls 30 a 31 do livro de notas para escrituras diversas número 48 – B desta Conservatória/Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de vinte e um de maio de dois mil e vinte um, na qual se declara que no dia dez de dezembro de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **NELSON DA ROSA**, de sessenta e sete anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente que foi em São Filipe, no estado de casado no regime de comunhão de bens adquiridos com Maria de Fátima Lopes Cardoso da Rosa, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

a) **Ezaquel Cardoso da Rosa**, solteiro, maior, residente na cidade da Praia;

b) **Lucas Cardoso da Rosa**, casado com Zana Catarina Miranda Pires, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Mosteiros;

c) **Daniel Cardoso da Rosa Lopes**, casado com Catiliana da Rosa, no regime de comunhão

de bens adquiridos, residente em Cova Figueira;

d) **Isaías Cardoso da Rosa**, solteiro, maior, residente na cidade da Praia;

e) **Isaac Cardoso da Rosa**, solteiro, maior, residente na cidade da Praia, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe.

Que não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer à herança do falecido.

São Filipe e Conservatória dos Registo e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o n.º 90/05

Artigo 20º, 4.21.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00 - São Mil e Duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE
Av. Amílcar Cabral, C.P. 13-A – São Filipe - Telefone nº 2811271/2811154



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 12. 05.2021, de folhas 04 a 05 do livro de notas para escritura diversa número 258, deste Cartório Notarial, a cargo da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbito de **Segismundo Maria Robalo e Euzébia Afonso Baessa**, nos termos seguintes

Primeira Habilitação

Que no dia **vinte e cinco do mês de setembro do ano dois mil e dezassete**, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **Segismundo Maria Robalo**, aos noventa e três anos de idade, no estado civil de casado com Eusébia Afonso Baessa, natural que foi da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, filho de Manuel do Carmo Correia Garcia e de Emília Robalo, e que teve a sua última residência habitual em Terra Branca, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros seus filhos:

Milita Maria Garcia Baessa, maior, casada com Agilo António dos Santos, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em São Lourenço;

Emília Afonso Robalo Garcia, maior, solteira, natural da freguesia e concelho de São Lourenço, dos Órgãos residente em Safende;

Emidio Maria Baessa Garcia, maior, solteiro, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Franca;

José Manuel Baessa Garcia, maior, casado com Filomena do Rosário Mendes, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em São Lourenço dos Órgãos;

Arlindo Afonso Robalo, maior, solteiro, natural da Republica de São Tome e Príncipe, residente em Portugal;

Maria Helena Afonso Robalo Moniz, maior, casada com Emidio Pereira Semedo Moniz, natural da Republica de São Tomé e Príncipe, residente em Pensamento, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer a sucessão.

Segunda Habilitação

Que no dia **três do mês de junho do ano dois mil e dezoito**, em João Teves, freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, faleceu **Euzébia Afonso Baessa**, aos noventa anos de idade, no estado civil de viúva de Segismundo Maria Robalo, natural que foi da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, filha de José Afonso e de Maria Baessa, e que teve a sua última residência habitual em João Teves, São Lourenço dos Órgãos.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus filhos identificados e habilitados acima na primeira habilitação.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com ela possam concorrer a sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 13 de Maio de 2021.

CONTA: 50/2021
Art. 20.4.2 1000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

O Oficial Ajudante,

João Bernardo Mendes Correia

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 10.05.2021, de folhas 87 a 88 do livro de notas para escrituras diversas número 257, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Caetano Hermógenes Rodrigues Pires**, nos termos seguintes:

Que no dia **vinte e dois do mês de março do ano de dois mil e vinte** e um, no Hospital Dr. Agostinho, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, faleceu **Caetano Hermógenes Rodrigues Pires**, aos noventa anos de idade, no estado civil de casado com Josefina Augusta Santos Sapinho, no regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filho de Luís Rodrigues Pires e de Maria Fidalga Lopes Pires, e que teve a sua última residência habitual em Achada Santo António, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros legitimários seus filhos, a saber:

a) **Rosa Maria Sapinho Rodrigues Pires**, maior, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente nos Estados Unidos da América;

b) **Maria da Conceição Sapinho Rodrigues Pires**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

c) **Luís Caetano Sapinho Rodrigues Pires**, maior, casado com Eneida Rosário Rocha, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Achadinha, Praia; d) **Lúcia Maria Sapinho Rodrigues Pires Barros**, maior, casada com Osvaldino Augusto da Graça Barbosa Barros, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

e) **Maria da Purificação Sapinho Rodrigues Pires**, maior, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

f) **Ana Josefina Sapinho Rodrigues Pires Brito**, maior, casada com João Baptista Almeida Brito, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Palmarejo, Praia;

g) **Joaquim Sapinho Rodrigues Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

h) **Pedro José Sapinho Rodrigues Pires**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 11 de maio de 2021.

CONTA: 42/2020
Art. 20.4.2 1000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

A Notária,

Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF-353331112



Ministério da Justiça e
Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos de segunda publicação que, a fls 36 e vº do livro de notas para escrituras diversas número 48-B desta Conservatória/ Cartório, se encontra exarada uma escritura de **Habilitação Notarial**, com a data de vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia dezanove de maio de dois mil e vinte, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu **OLIVIO PIRES**, que também consta nos respectivos assentos de nascimento dos filhos como **ALÍRIO PIRES**, de sessenta e seis ano de idade, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente que foi em Piquinho, no estado de casado no regime de bens adquiridos com Ana José Lopes de Barros Pires, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos.

a) **Antónia Lopes Pires**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia;

b) **Sónia Pires**, solteira, maior, natural dos Estados Unidos da América;

c) **Paulino Pires**, solteiro, maior, dos Estados Unidos da América, todos residentes nos Estados Unidos da América;

Que não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer á herança do falecido.

São Filipe e Conservatória das Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos vinte e seis e maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o nº 110/05

Artigo 20º. 4.21.000\$000

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

O Conservador/Notário,

/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE
AV. Amílcar Cabral C. P. 13 – A - São Filipe – Telefone nº 2811371/2811154



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Extrato para publicação

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do disposto no artigo 86º - A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 de 20 de agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia dezanove de maio de dois mil e vinte e um, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada, no livro de notas para escrituras diversas número 34, de folhas 96 a 96 verso, uma escritura de habilitação de herdeiros, na qual foi declarado:

Primeira habilitação:

Que no dia vinte e nove de abril de dois mil e treze, faleceu na cidade do Porto Novo, freguesia de São João Baptista - Concelho do Porto Novo, **Gregória dos Santos Ramos que também usava o nome Gregória dos Santos Ramos Carvalho e Melo**, filha de João Mateus Santos e de Maria da Luz Ramos, no estado de casado sob o regime de comunhão de bens adquiridos, com Victor Manuel Carvalho de Melo, natural da freguesia de São João Baptista - Concelho do Porto Novo, com última residência habitual nesta cidade.

Que a falecida não fez testamento, não deixou descendentes menores e ou equiparados e sucederam-lhe como herdeiros legítimos, os filhos:

- 1 - **Carlos Augusto Ramos Araújo Soares**, residente na cidade do Porto Novo;
- 2 - **João António dos Santos Lima**, residente na cidade do Porto Novo;
- 3 - **Sandra Helena Santos da Graça**, residente em Luxemburgo;
- 4 - **Gilda Maria Santos Ramos**, residente na cidade do Porto Novo.
- 5 - **José Augusto Nascimento Lima**, residente na Cidade do Porto Novo;
- 6 - **Samira Helena Ramos Carvalho de Melo**, residente na cidade do Porto Novo, todos solteiros, maiores, naturais da freguesia de São João Baptista - concelho do Porto Novo.

Segunda habilitação:

Que no dia dois de abril de dois mil e três, faleceu numa casa de Paiol, Cidade da Praia:

- 7 - **Gizele Ramos Carvalho de Melo**, filha de Victor Manuel Carvalho de Melo e de Gregória dos Santos Ramos Melo, no estado de solteira, natural da freguesia de São João Baptista do Concelho do Porto Novo, com última residência em Paiol – cidade da Praia.

Que a falecida não fez testamento, não deixou descendentes e sucedeu como herdeiros, os pais, Gregória dos Santos Ramos Carvalho de Melo, atualmente falecida e Victor Manuel Carvalho de Melo.

Terceira habilitação:

Que no dia vinte e um de agosto de dois mil e dezoito, faleceu em França, **Anita Ramos dos Santos**, filha de João Mateus Santos e de Maria da Luz Ramos, no estado de divorciada, natural da freguesia de São João Baptista - Concelho do Porto Novo, com última residência habitual em Moselle - França.

Que a falecida não fez testamento, não deixou descendentes menores e ou equiparados e sucedeu-lhe, como único herdeiro legítimo, o filho: **César Augusto Ramos Silva**, solteiro, maior, natural da freguesia de São João Baptista – Concelho do Porto Novo, residente em França.

Que não há quem lhes prefira ou com eles possa concorrer na sucessão à herança das falecidas Gregória dos Santos Ramos, Gizele Ramos Carvalho de Melo e Anita Ramos dos Santos.

Mais se informa que nos termos do nº 5 do artigo 86 – A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 19/05/2021.

Conta nº 346/2021.

Importa em mil e duzentos escudos



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



PRIMEIRO CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da Primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte de maio de dois mil e vinte um, no Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, São Vicente, perante o Notário **Dr. José Manuel Santos Fernandes**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número E/70, a folhas 73 á 73v, a habilitação de herdeiros, por óbito de **ADELINA ANA ANTONIA RAMOS**, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, no estado de solteira, falecida no dia onze de dezembro de dois mil e dezanove, em Itália, onde teve a sua última residência habitual em Roma.

Que a falecida, não deixou testamento nem herdeiros legítimos ou qualquer outra disposição de última vontade deixado, testamento, ou qualquer disposição de última vontade. Sucederam como únicos herdeiros, os seus irmãos consanguíneos; **a) Manuel Jesus Monteiro Mota**, solteiro, maior, residente em Fonte Inês, cidade do Mindelo; **b) José Monteiro Mota**, solteiro, maior, residente em Monte Inês, ilha de São Vicente; **c) João António Pedro Mota**, solteiro, maior, residente em Luxemburgo, naturais da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, residente em Vila Nova, cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, em representação do seu pai Pedro António Mota, irmão germano da autora da herança, antes dela falecido; **d) Ariana Monteiro Mota**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Bela Vista, cidade do Mindelo, ilha de Vicente, em repre-

sentação do seu pai André António Mota, pós dela falecido; **e) Maria da Conceição da Luz Mota**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, residente em Bela Vista, cidade do Mindelo, em representação do seu pai Filipe António Pedro Mota, irmão germano da autora da herança, antes dela falecido; **f) Adilson Delgado Mota**, solteiro, maior natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Cruz João Évora, cidade do Mindelo, em representação do pai João António Pedro Mota, irmão germano da autora da herança, pós dela falecido.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão a herança da referida, Adelina Ana Antónia Ramos.

Mais se informa que, nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, em Mindelo, vinte e um do mês de maio de dois mil e vinte e um.

CONTA:

Art.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total 1.200\$00(Importa em mil e duzentos escudos)

Processo nº 279643. Conta nº 202121922


/ José Manuel dos Santos Fernandes /

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE Notário: José Manuel Santos Fernandes Alto São Nicolau, Mindelo-SV-Cabo Verde (Telefone Notário-232 63 77 / Telefone Secretária - 232 6477 / e-mail Notário: José.M.Fernandes@mi.gov.cv)



Ministério da Justiça e
Trabalho
Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º- A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que de fls 05 vº a fls 06 do livro de notas para escritura diversas número 3-A desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO NOTARIAL**, com a data de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e um, na qual se declara que no dia trinta de março de mil novecentos e cinquenta e nove, na freguesia de Santa Catarina do Fogo, faleceu **JESUINO NUNES**, de sessenta anos de idade, natural que foi da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente que foi em Monte Vermelho, no estado de casado no regime de separação de bens com Carlota Pires, sua viúva.

Que o falecido não fez testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos.

a) Idalina Nunes, solteira, maior, residente em Monte Vermelho;

b) Faustina Nunes, solteiro, maior, já falecida.

c) Tito Nunes, casado com Arcângela de Pina Nunes, no regime de comunhão de adquiridos, residente na cidade da Praia, todos naturais da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo.

Que por sua vez, no dia vinte e dois de outubro de dois mil e catorze, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da

Praia, faleceu a referida **FAUSTINA NUNES**, de oitenta e seis anos de idade, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente que foi em Palmarejo, no estado de solteira, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como única herdeira a filha **Belmira Nunes Andrade**, solteira, maior, natural da freguesia de Santa Catarina, concelho de Santa Catarina do Fogo, residente nos Estados Unidos da América.

Que não há outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer á herança dos falecidos.

Está conforme o original.

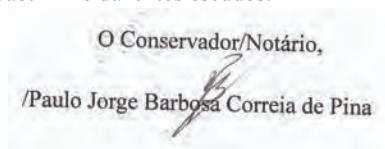
Cova Figueira e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santa Catarina do Fogo, aos vinte e maio de dois mil e vinte e um.

Conta: Reg. Sob o nº 03/05

Artigo 20ª. 4.21.000\$000

Selo do acto.....200\$00

Soma:.....1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.


O Conservador/Notário,
/Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SANTA CATARINA DO FOGO Cova Figueira - Telefone nº 2821010



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRATO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º- do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 20.05.2021, de folhas 56 a 57 do livro de notas para Escrituras Diversas número 258, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbitos de **Manuel Galvão Baptista, Elvira Galvão e André Sabino Baptista**, nos termos seguintes:

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia dez do mês de junho do ano de mil, novecentos e noventa e três, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, faleceu Manuel Galvão Baptista, aos trinta e um anos de idade, no estado civil de solteiro, maior, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filho de André Sabino Baptista e de Elvira Galvão Baptista, e que teve a sua última residência habitual em Ponta Verde, Fogo.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, não deixou descendente ou ascendentes, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus pais: André Sabino Baptista e de Elvira Galvão Baptista, melhores identificados nas habilitações que se seguem.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que no dia oito do mês de novembro do ano de dois mil e treze, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu Elvira Galvão, que também usava o nome completo de Elvira Galvão Baptista, aos oitenta e cinco de idade, no estado civil de casada com André Sabino Baptista, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filha de Marcelo Quintino Galvão e de Maria Bibília Teixeira Galvão, e que teve a sua última residência habitual em Palmarejo, Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros Legitimários seus filhos, a saber:

João de Deus Batista Galvão, maior, divorciado, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Portugal;

Analia Açucena Galvão Batista Lisboa Ramos, casada com João de Deus Lisboa Ramos, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Achada Santo António, Praia;

Victor Manuel Galvão Baptista, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residente em Estados Unidos da América;

Sabino André Galvão Baptista, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residente em Palmarejo;

Marcelo Quintino Galvão Batista, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Brasil;

Augusto Rodrigues Galvão Baptista, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Estados Unidos da América; Manuel Galvão Batista, já falecidos;

José André Galvão Batista, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Palmarejo.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer a sucessão.

TERCEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia um do mês de agosto do ano de dois mil e dezasseis, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu André Sabino Baptista, aos noventa e oito anos de idade, no estado civil de viúvo de Elvira Galvão, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filho de António Sabino Baptista e de Maria Conceição Rodrigues Baptista, e que teve a sua última residência habitual em Palmarejo, Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros legitimários os filhos identificados como habilitados na segunda habilitação, e ainda os a seguir identificados:

a) Fernanda Rufino Monteiro Baptista, solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Estados Unidos da América;

b) Graciete Rufino Monteiro Baptista, solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, residente em Estados Unidos da América;

c) Amílcar Salazar Moreira Monteiro Baptista, maior, casado com Belmira da Veiga Rodrigues Baptista, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Palmarejo.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer a sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 20 de maio de 2021.

CONTA: 73 /2021

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112

A notária

Cátia Sofia Teixeira Andrade



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e dois do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, de folhas 31 a 32 do livro de notas para escrituras diversas número 220, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notaria, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Marlinda Andrade Tavares e Alberto Tavares**, nos termos seguintes:

Primeira Habilitação

Que no dia **trinta de junho de mil novecentos e oitenta e um**, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, aos dois anos de idade, faleceu, **Marlinda Andrade Tavares**, no estado civil de solteira, natural que foi da mesma freguesia e concelho suprarreferidos, filha de Alberto Tavares e de Antónia Rosa Andrade, tendo-lhe sucedido como únicos universais herdeiros os pais dela:

Alberto Tavares, já falecido, melhor identificado na segunda habilitação, e **Antónia Rosa Andrade**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Lapa, concelho da Ribeira Brava, residente em São Vicente.

Segunda Habilitação

Que no dia **catorze de fevereiro de dois mil e dezanove**, no Hospital da Praia, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, faleceu **Alberto Tavares**, aos sessenta e sete anos de idade, no estado civil de casado com Maria Teresa Martins Moreno Tavares, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Miguel Tavares, e que teve a sua última residência habitual em São Pedro, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os filhos dele:

Marlene Andrade Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em Palmarejo, Praia

Maria Helena Andrade Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em Tira Chapéu, Praia.

Miguel António Andrade Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em São Pedro, Praia.

Vera Lúcia Andrade Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em São Pedro, Praia.

Carlos Alberto Andrade Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em São Pedro, Praia. **Emerson Jorge Bandeira Tavares**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em São Vicente.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 02 de Setembro de 2019.

CONTA: /2019

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

Registada sob o nº 09 /2019.

A Notária,



/Cátia Sofia Teixeira Andrade /

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-26 17935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade

NIF- 353331112



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia dez de maio de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número setenta e cinco, a folhas **cinquenta e três a cinquenta e quatro verso**, foi lavrada uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que de **Manuel Lopes Semedo**, divorciado, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, contribuinte fiscal número um sete três um zero nove sete zero cinco, residente em Roterdão, declara ser dono e legítimo possuidor com exclusão de outrem, do prédio urbano, primeiro andar em construção, constituído de pedras e barro, coberto de betão armado, sendo o rés do chão e primeiro andar, compostos por dois compartimentos destinados à habitação, duas dependências e um quintal, cada, com a área de **cento e oitenta e nove, vírgula seis metros quadrados**, situado no centro da cidade de Assomada, confrontando do norte com Júlio Gomes Ramos, Sul com Fortunato Pereira Monteiro, Este com Eugénio C. Fernandes e Oeste com Via Pública, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número 1236/0, com valor matricial de três milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e setenta e um escudos, omisso nas Conservatórias dos Registos Predial de Santa Catarina e da Praia.

Que o dito prédio lhe veio a posse por compra feita na Senhora **Juliana**, no ano de mil novecentos e sessenta e cinco, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com o conhecimento de toda a gente, desde o ano de mil novecentos e sessenta e cinco, portanto, há mais de vinte anos, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:..... 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 1656 /2021



A Notária,

Jandira dos Santos Cardoso Vieira

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina - Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333. 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rmi.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho



CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia vinte e cinco de maio de dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.ª Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador-Notário P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 72, de folhas 55 á 56 a Justificação Notarial em que é justificante **António Alexandre Delgado**, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo Crucifixo do Concelho da Ribeira Grande, residente em Lagoa, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de um de um tracto de terreno, medindo 24.7m2, situado em Chã de Gateia, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 2803/0, confrontando do Norte, Sul e do Oeste com Adalberto António Delgado e de Este com Caminho Carroçavel:

O justificante alega na referida escritura que o tracto de Terreno acima identificado, lhe veio a posse por compra, feita no senhor, **Mormando Pinto**, no ano de 1994, por documento parti-

cular, e após a compra fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeito de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica sem oposição de quem quer que seja a mais de 20 anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segundo Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 25 dias do mês de maio de dois mil e vinte e um.

Valor: 1.200\$00

Registado sob o n.º 1426/21



O Conservador-Notário P/Substituição,

José Carlos Brandão de Oliveira

SANTO ANTÃO



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DO TARRAFAL DE SANTIAGO
PALÁCIO DE JUSTIÇA, R/CHÃO, TELEFONE 2661124



NOTÁRIO p/s: **José Ulisses Fortes Furtado**

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e um de Maio de dois mil e vinte, de folhas 145 e 146, no livro de notas para escrituras diversas número 01/A, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **José Ulisses Furtado Fortes**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Elias Lopes**, falecido no dia cinco de Agosto de dois mil e quinze, no estado de casado sob regime de comunhão de adquiridos, com **Nazarina Lopes**, natural que foi da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, com sua última residência em Ribeireta, que o falecido não deixou testamento nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **a) Dulce Lopes Rodrigues**, casada sob regime de comunhão de adquiridos com Cláudio Morais Mendes Rodrigues, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Alto da Glória; **b) André Elias Lopes**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Alto da Glória; **c) Isaías Elias Lopes**, casado sob regime de comunhão de adquiridos com Elcelânia de Jesus Mendes Gomes, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em

Portugal; **d) Ana Cristina Lopes**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Cidade de Assomada; **e) Graciete Lopes**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em São Felipe - Praia; **f) José Elias Furtado Lopes**, solteiro, maior, natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo, Concelho de São Miguel, residente em Pilão Cão; **g) Nádia Indira Monteiro Mendes Lopes**, solteira, maior, natural da Freguesia de Amadora, Concelho de Seixal, residente em Portugal Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “de cujus”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e quatro dias do mês de Maio do ano dois mil e vinte um.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200,00 (mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 317/2021

O Notário p/s,
José Ulisses Fortes Furtado
/ José Ulisses Fortes Furtado /

Conservatória dos Registos, e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, CP 10, Palácio da Justiça R/Chão, Telefone, 2661124



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso Vieira, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e cinco**, a folhas **oitenta a oitenta e um**, foi lavrada uma escritura pública de Habilitação Notarial, por óbito de **Luísa Semedo**, falecida no dia vinte e três de outubro de dois mil e doze, na localidade de Achada Leitão, freguesia e concelho de São Salvador do Mundo, onde teve a sua última residência, natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de casada com João Lopes Leal, sob o regime de comunhão geral de bens.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os filhos: **a) - Eufémia Semedo Leal**, solteira, maior; **b) - Benvindo Lopes Semedo**, casado com Maria Salomé Gomes dos Santos Semedo, sob regime de comunhão de adquiridos; **c) - Maria de Lurdes Semedo Leal**, divorciada; **d) - Maria Edite Semedo Leal**, solteira, maior; **e) - Edna Semedo Leal Monteiro**, casada com Fernando Xavier Monteiro Semedo, sob regime de comunhão de adquiridos **f) Maria Fernanda Semedo Leal Ribeiro Varela**, casada com José Manuel Ribeiro Varela, sob o regime de comunhão de adquiridos; **g)**

Maria Conceição Semedo Leal Furtado, casada com Antonino Teixeira Furtado, sob o regime de comunhão de adquiridos; **h) Ana Lina Semedo Leal**, solteira, maior; **i) Alberto Semedo Leal**, solteiro, maior. Todos naturais da freguesia e concelho de São Salvador do Mundo, residentes em Achada Leitão, exceto as herdeiras Maria de Lurdes Semedo Leal e Maria Fernanda Semedo Leal Ribeiro Varela que residem em Suíça.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida Luísa Semedo.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e um dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e um.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 1820/2021

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina - Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 / e-mail da Notária: jandira.vieira@rmi.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE - SANTO ANTÃO

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série, que no dia dezasseis de Setembro de dois mil e onze, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande – Santo Antão, então Conservador-Notário Lic. António Aleixo Martins, foi exarada no livro de notas para escrituras diversas nº 46 de folhas 12 a verso 13 veso a Justificação Notarial em que são justificantes **Antónia Maria David Gomes e Eleutério José Francisco**, solteiros, maiores, naturais da Freguesia de Santo António das Pombas, Concelho de Paúl, residente em Paúl, se se declaram com exclusão de outrem donos e legítimos possuidores de um prédio urbano, rés do chão, coberto de betão e telha, composto por quatro quartos com um pequeno quintal, situado em Ribeira das Pombas, inscrito na matriz predial da Freguesia de Santo António das Pombas, sob o nº 173/0, confrontando do Norte, Sul e Este com caminho e do Oeste com António Domingos Alves.

Alegam que o referido prédio lhes veio a posse por doação do senhor **José António Francisco**, no ano de 1996, por documento particular e nesse caso fez a inscrição na matriz camaria em seus nomes e não tendo título aquisitivo valido para efeitos de primeira inscrição no registo predial vêm invocar o usucapião como forma de aquisição, uma vez que exercem uma posse em nome deles, pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja em seus nomes próprios a mais de 20 anos.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos 13 dias do mês de Maio de dois mil e vinte.

O Conservador-Notário
José Carlos Brandão de Oliveira
/ José Carlos Brandão de Oliveira /

Valor: 1.200\$00

Registado sob o nº 1047/21



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 03 de Junho

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SEXTA - 04 de Junho

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

NENA
Mindelo - T: 232 22 92

SÁBADO - 05 de Junho

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

DOMINGO - 06 de Junho

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SEGUNDA - 07 de Junho

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

TERÇA - 08 de Junho

AFRICANA
AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

QUARTA - 09 de Junho

AVENIDA
Fazenda - T: 261 36 90

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04



TABELA DE PREÇOS*

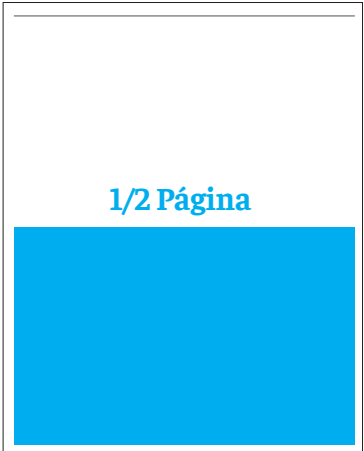
Classificados



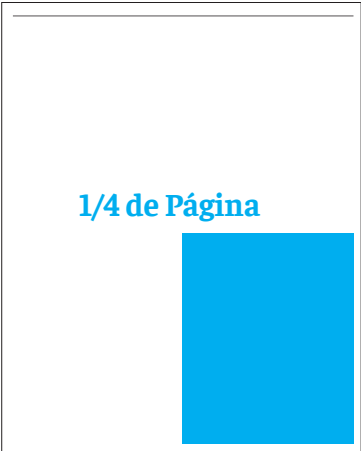
1 Página



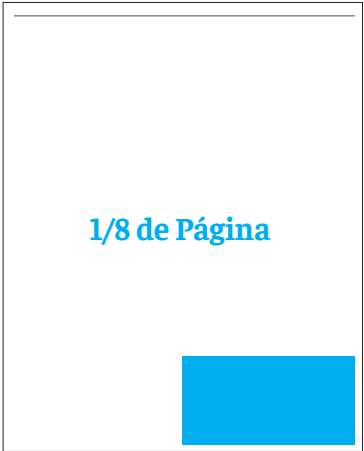
1/2 Página



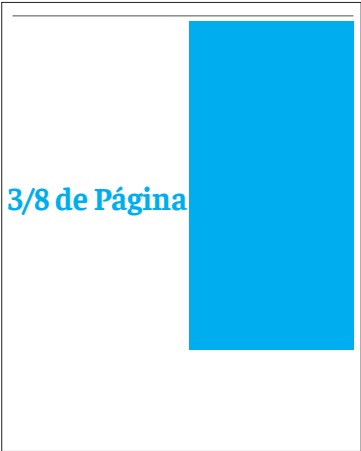
1/2 Página



1/4 de Página



1/8 de Página



3/8 de Página

- Anúncios com logos a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO			
Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	40.000,00	30.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	22.000,00	15.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	15.000,00	11.000,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	11.500,00	8.500,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	6.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE
Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)
www.anacao.cv/como anunciar
email: comercial.grupoalfacv@gmail.com